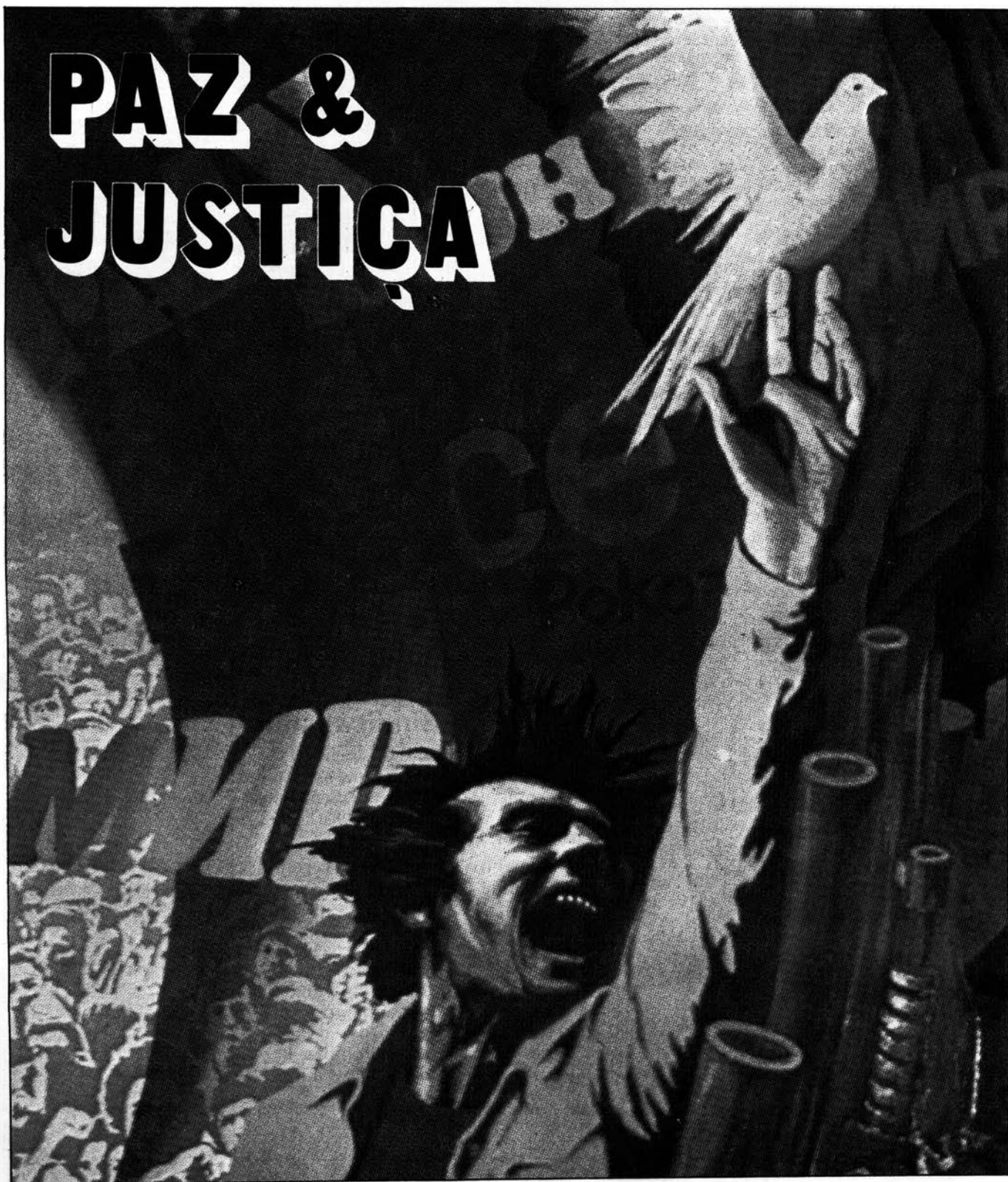


tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 206 • Março de 1986 • Cz\$ 10.00

PAZ & JUSTIÇA



Fui sempre leitor assíduo desta valiosa revista. No entanto, por algum tempo, estou desinformado. Desejando manter-me atualizado diante dos problemas que afligem o nosso povo brasileiro e latino-americano e, também, em relação ao mundo, numa ótica libertadora, para desenvolvimento da reflexão crítica, desejo fazer duas assinaturas.

Silvio Pedreira Ferreira
Presidente Médici, RO

Participamos, com alegria, que, em estudos realizados em grupos, nesta temporada de férias, aqui no Sul, vários textos desta revista serviram-nos de base de estudos, aprofundamentos e debates. Por isso, despertou em nós grande interesse em termos a mesma em nossas mãos, nas nossas comunidades, no nosso dia-a-dia pastoral missionário. Queremos nos apresentar como duas comunidades religiosas e missionárias. Nossa missão é no sertão da Bahia, junto ao povo pescador, lavrador e garimpeiro. Povo explorado, sofrido, abandonado em todas as dimensões de sua vida sócio-econômico-político-cultural e religiosa. Por isso, vocês serão uma ajuda nesta nossa caminhada, através deste meio de comunicação tão significativo,

no ser Igreja hoje. Pedimos desculpas pelo papel pois estamos em trânsito, voltando para a Bahia.

Irmãs Dulcilene de Fátima e Neide Turra, Lages, SC.

Mais uma vez peço que continuéis a enviar esta revista e mais outra literatura de importância evangélica que possa me ajudar a compreender melhor a palavra de Deus e para que eu possa ajudar melhor a minha congregação. Que Deus vos dê mais força e longa vida. Do vosso cooperante em Cristo,

Lucas Moisés Amos Beira, Moçambique

Parabéns pelo vosso trabalho pela justiça e a verdade. Continuem firmes.

Cesário Vieira Santos Filho Butantã, São Paulo

Recebi todos os números da revista, por iniciativa e atenção de vocês, bem como outras comunicações de grande importância. É uma riqueza! Que cresça sempre esse ardor e entusiasmo profético pelo Reino de Deus. Um abraço fraterno,

Irmã Nelly Maia Fonseca Brumadinho, MG

Companheiros do CEDI, Pela primeira vez, tenho a

honra de escrever para vocês, manifestando o sagrado serviço que vocês vêm fazendo, junto com todas as igrejas, pois acredito que este é o trabalho que o Senhor Jesus deseja para seus filhos, pois sou assinante da revista 'Tempo e Presença'. Leio e empresto aos amigos e irmãos da caminhada. Nós, cristãos de todas as pastorais e das CEBs, estamos com nossos corações partidos de tristeza pelo que vem ocorrendo com nossos mestres e profetas, os irmãos muito amados frei Leonardo e frei Clodovis. Acredito que os irmãos Boff estão carregando as cruzes de 163 teólogos, assim como Jesus carregou, nos ombros e no coração, a cruz imposta pelos herodianos. Me lembro de uma passagem das Sagradas Escrituras, quando Jesus dizia: "Quando taparem as bocas dos profetas, as pedras se levantarão". Com o poder de Deus e de Jesus Cristo, nós, cristãos das Comunidades Eclesiais de Base, não nos calaremos, diante desta grande injustiça, contra esses irmãos. No silêncio de frei Leonardo surgem os gritos e os gemidos de nós, oprimidos. Muito agradecido pela atenção

José Nilo Soares de Freitas
Parque Paulista,
Duque de Caxias, RJ

tempo e presença

Revista mensal do CEDI
março de 1986

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone: 66-7273
01238 - São Paulo - SP

Conselho Editorial
Heloíza de Souza Martins
José Oscar Beozzo
José Ricardo Ramalho
José Roberto Pereira Novaes
Pedro Pontual
Rubem Alves
Zwinglio Mota Dias

Editores
Dermi Azevedo
Jether Pereira Ramalho

Jornalista Responsável
Dermi Azevedo
Reg. prof. n.º 239

Secretário de Redação
Flávio Irala

Produção Gráfica
Sérgio Alli

Diagramação e Secretaria Gráfica
Marco Antonio Teixeira

Sagarana Editora Ltda.
Av. Nazaré Paulista, 146
sala 4
05448 - São Paulo - SP

Composição e Impressão
Cia. Editora Joruês

Preço do exemplar avulso: Cz\$ 10,00

LANÇAMENTO



106 páginas
Cz\$ 40,00

Cadernos do CEDI 14 CANAVIEIROS EM GREVE Campanha Salarial e Sindicalismo

Este Caderno do CEDI é um registro das discussões travadas no **Encontro de Canavieiros** promovido pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado da Paraíba (FETAG-PB).

Traz depoimentos de Elizabeth Teixeira, de Alvaro Diniz (presidente da FETAG-PB), José de Fátima (presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Guariba, SP) e mais de uma dezena de dirigentes de sindicatos rurais representativos dos trabalhadores da cana. É um instrumento fundamental para o entendimento do significado da luta dos canavieiros em todo o Brasil, e particularmente na Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo.

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI
Av. Higienópolis, 983 — CEP 01238 — São Paulo — SP.

ÍNDICE

Paz & Justiça

4. SINGULARIDADE DA CRISE ATUAL
QUE PAZ? QUE JUSTIÇA?
Jether Pereira Ramalho
7. UMA ECONOMIA DIFERENTE NO BRASIL:
A INDÚSTRIA MILITAR
Clóvis Brigagão
9. PERSPECTIVAS DE PAZ NA NICARÁGUA
Jorge Jenkins Molieri
11. A GUERRA FRIA, CADA VEZ MAIS QUENTE
Newton Carlos
13. BRASIL: O TERCEIRO NA PRODUÇÃO DE ARMAMENTOS
Beatriz Cardoso
- Ecumenismo**
EMÍLIO CASTRO:
TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E OUTROS TEMAS
- Igrejas**
19. FAMÍLIAS DE PADRES CASADOS NO BRASIL SE REÚNEM EM SALVADOR
Felísmino Chaves e Mauro Queiroz
- Direitos Humanos**
22. ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DEBATE SUA ORGANIZAÇÃO E CONSTITUINTE
Dermi Azevedo
- Terra**
24. REFORMA AGRÁRIA E AUTONOMIA DOS TRABALHADORES
José Roberto Pereira Novaes
- América Latina**
27. AS IGREJAS E A SITUAÇÃO NA BOLÍVIA
CEDI
29. REAFIRMA APOIO AOS MOVIMENTOS POPULARES
Constituinte
30. OS TRABALHADORES E A CONSTITUINTE
Rubem Alves
32. TEOLOGIA
Bíblia Hoje
33. SOBRE A PAZ
Carlos Cunha
- Livros**
35. COLONIZADOR COLONIZADO NO HOLOCAUSTO DOS EMPOBRECIDOS
35. COMO FAZER TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO
Poema
36. ESTATUTOS DO HOMEM
Thiago de Mello

Sem justiça não há paz

No Ano Internacional da Paz, somos novamente chamados a refletir sobre a justiça como o principal alicerce para que, um dia, os povos quebrem as suas espadas, transformando-as em relhas e façam de suas lanças, podadeiras e para que uma nação não levante a espada contra a outra, nem se aprenda mais a fazer guerra, na expressão do profeta Isaías, 2, 4-5. O homem avança para o final de mais um século e aperfeiçoa instrumentos de morte capazes de destruir, em um holocausto definitivo, tudo o que gerações e gerações acumularam nas várias culturas e civilizações. E a corrida armamentista é uma das primeiras formas de injustiça contra os dois terços da humanidade que sobrevivem ao esmagamento cotidiano da fome, das doenças, do desemprego e subemprego, da não vida.

Guerra e paz são palavras multifacéticas. A guerra não ocorre somente nos conflitos armados mais ou menos localizados. Ela acontece no dia-a-dia do conflito pela sobrevivência, por um lugar ao sol de milhões de seres humanos, triturados pela voragem capitalista. A paz não é somente ausência de guerra, mas uma realidade dinâmica, um processo de humanização. Em sua sexta assembléia em Vancouver, 1983, o Conselho Mundial de Igrejas — ao aprovar sua 'Delegação sobre a paz e a justiça' — declarou que "a paz não pode ser edificada sobre a injustiça, mas, sim, requer a implantação de uma nova ordem internacional baseada na justiça para todas as nações e no seio de todas elas, bem como o respeito pela humanidade, dom de Deus, e a dignidade de todas as pessoas. Tal como ensinou o profeta Isaías, a paz é o efeito da justiça". E foi enfático: "As Igrejas

são chamadas, hoje, a fazer uma nova confissão de sua fé e a arrepender-se de todas as vezes que os cristãos guardaram silêncio ante a injustiça ou as ameaças à paz. A visão bíblica da paz unida à justiça para todos, da plenitude, da unidade e de todo o povo de Deus, não é, para os discípulos de Cristo, mais uma opção entre outras: é um imperativo do nosso tempo".

Paz e justiça têm, também, uma dimensão ecumênica, com base na verificação de que se não houver justiça para todos, em toda parte, a paz será algo impossível de concretizar.

Acontecimentos muito recentes ajudam-nos a comprovar a procedência desses princípios. Nas Filipinas e no Haiti, duas ferozes ditaduras sucumbiram no auge de fortíssimas pressões das massas populares. No Brasil, o próprio governo sente-se encurralado pelo agravamento da crise econômica — com uma inflação desenfreada — e adota um pacote que inclui a adoção de uma nova moeda, mas cujas consequências ainda não são claramente palpáveis para a maioria do povo, temendo-se que contenha, em seu interior, efeitos de arrocho salarial. As dimensões econômica e política, ao lado de outras, são componentes básicos para que entendamos paz e justiça no contexto nacional e internacional. Não pode haver paz sob regimes oligárquicos que permitem o enriquecimento de alguns às custas da miséria da maioria. Não pode haver paz sob modelos econômicos que sugam a última gota de sangue dos assalariados ou que permitem a especulação desvairada daqueles que se enriquecem com juros, operações trilionárias da noite para o dia, aproveitando a instabilidade de uma economia capitalista.

Singularidades da crise atual.

Que paz? Que justiça?

Jether Pereira Ramalho

Vivemos, sem dúvida, dias muito desafiadores. Em todas as conversas, no noticiário dos poderosos meios de comunicação social, nas famílias, escolas e igrejas, comenta-se, preocupadamente, a profunda crise social que atravessamos.

Mas crise não é, necessariamente, elemento negativo. Pode significar, realmente, uma encruzilhada. Um momento em que se precisa tomar uma decisão. Fazer opções. Construir-se uma nova síntese. Iniciar-se um novo processo. E isso não é coisa fácil.

As crises questionam, muitas vezes, certos valores já adquiridos, sedimentados, interiorizados. Colocam em discussão certas legitimidades.

A crise que atualmente vivemos apresenta, entretanto, certas singularidades. Nos grandes momentos críticos da história, a agenda das discussões, a faceta indicadora dos questionamentos, sempre foi colocada pelos povos dos países mais ricos e poderosos do mundo. Assim foi, por exemplo, na Reforma Protestante, na Revolução Francesa e no surto industrial da Europa.

O DESAFIO DOS PAÍSES POBRES

No atual momento histórico temos, contudo, um quadro diferente. São os países pobres, "os malditos da terra" — para usar uma expressão de Frantz Fanon — as pequenas "republiquetas de bananas", que estão desafiando certos valores e conceitos já tidos como conquistados e, de certa forma, impostos pelos setores dominantes dos países chamados desenvolvidos.

E o que está causando perplexidade é que esse questionamento oriundo dos pequenos está atingindo profundamente a sociedade global. Vai ao cerne das questões. E apresenta aspectos muito inovadores.

Grande parte das propostas totais da sociedade, tanto no campo social, político, econômico, como no eclesial, parecem estar sofrendo questiona-

mentos muito profundos. Não correspondem mais às exigências das novas situações. Trabalha-se na construção de outras alternativas mais significativas. E, naturalmente, essas tentativas vão se constituir em elementos geradores de crise para o que já está estabelecido. Velhas formas resistem, enquanto podem, ao surgimento de novas propostas. E lutam, tenazmente, para conservar suas posições, usando de todos os instrumentos que estejam ao seu alcance, mesmo aqueles que, por questões de princípio, condenavam claramente.

Não é, porventura, isso que estamos assistindo, estarecidos e revoltados nos dias atuais?

MODELOS DE SOCIEDADE EM CONFRONTO

Vejamos no campo dos modelos de sociedade. Uma grande questão para os países ricos está sendo colocada na Nicarágua. Um pequeno país, de menos de 3 milhões de habitantes,

com 50% da população abaixo dos 15 anos, produtor de banana, café e algodão, pobre e pequenino, constitui-se em ameaça ao grande império do mundo de hoje, os Estados Unidos da América do Norte. A administração Reagan considera-o como uma real ameaça ao seu país. E, quebrando todos os sedimentados conceitos do Direito Internacional, toma medidas arbitrárias e violentas que produzem revolta e espanto em todos aqueles que ainda acreditam na Justiça e na Paz. Mas, por que a Nicarágua é ameaça ao gigante do Norte? Simplesmente porque representa e indica uma alternativa aos grandes modelos políticos do mundo de hoje. E isso a coloca como o elemento central da chamada crise centro-americana. E se esse modelo tiver êxito? E se o planejamento econômico norteamericano pela lógica das maiorias der resultado positivo, resolvendo os problemas básicos da população? E se possibilitar a construção de uma verdadeira democracia, que não se caracterize somente por



eleições diretas, mas proporcione plena participação popular e venha a se constituir em uma sociedade aberta, pluralista e democrática? Como deixar ter êxito um modelo independente, que não esteja sujeito às normas, determinações e jugo dos grandes interesses do poderoso vizinho do Norte? Naturalmente, essa alternativa passa a ser vista como ameaça, como estímulo a outras possibilidades, e assim, na visão dos dominadores precisa ser derrotada urgentemente. E, para isso, todos os recursos passam a ser considerados como válidos.

NOVAS FORMAS DE SER IGREJA

No campo eclesial, fenômeno semelhante também ganha força. E, coincidentemente, também tem origem no Terceiro Mundo. Nos últimos vinte anos, vão surgindo ênfase distintas na prática pastoral, com novas formas de ser Igreja. E essa caminhada das Igrejas vai exigindo, concomitantemente, novo pensar teológico, nova exegese bíblica. Começa então a ganhar corpo e consistência o que se denomina Teologia da Libertação. Não se constitui como produto acabado, pronto para ser consumido. Caracteriza-se por ser processo dinâmico de reflexão teológica da prática e dos questionamentos de uma Igreja comprometida com o Evangelho e com os pobres. Não foi uma teologia elaborada nas grandes bibliotecas e academias de afamados centros teológicos dos países ricos. Não possui, possivelmente, o clássico rigor científico, aprofundado conheci-

mento lingüístico. É fruto da experiência dos pobres das igrejas dos países subdesenvolvidos. O seu centro mais poderoso localiza-se na América Latina. E essa alternativa teológica e essa nova forma de Igreja amedrontam as estabelecidas e seculares estruturas do Vaticano. Tão grande ousadia desses pobres e ignorantes campos eclesiais não pode ser tolerada. Deve ser tratada com rigor e com atos de poder. Essas vozes insólitas devem ser caladas. Precisa-se abortar, com rigor e rapidez, o surgimento dessa alternativa. E, mais uma vez, aqueles que amam a paz e a justiça assistem estarecidos a uma ofensiva de violência e autoritarismo contra aqueles que procuram viver e refletir as situações concretas do seu povo, dentro de uma perspectiva evangélica e motivados pelo seu compromisso com o Cristo.

Ainda no campo eclesial, desafiando as tradicionais igrejas evangélicas, temos o surgimento de um forte protestantismo eminentemente popular. Nas periferias das cidades, nas favelas e mocambos, nos pontos de ruas das mais pobres zonas, surgem, como cogumelos, as mais variadas formas de igrejas chamadas pentecostais. Todas com presença majoritária das camadas mais pobres de nossa população. Seus pastores não têm instrução acadêmica; sua liturgia é desordenada e barulhenta; seus hinos ferem os finos ouvidos, tanto na métrica, como na música; o culto é demorado e sem ordem; e as interpretações bíblicas fazem corar qualquer exegeta me-

dianamente preparado. Há também, sem dúvida, alguns aproveitadores que iludem a fé desse povo simples para sua própria promoção, auferindo, inclusive, lucros materiais. Mas por que o nosso povo pobre aceita sua mesquinhez e estilo de trabalho? Não é possível desconhecer-se esse fenômeno, nem depreciá-lo, estigmatizando-o como sendo de seitas inferiores e desprezíveis. Elas, no fundo, questionam velhas fórmulas acabadas, sabedorias sedimentadas e apontam para a necessidade da busca de elementos novos no campo do protestantismo. Sem dúvida, estão causando questionamentos para estruturas que tiveram amplo significado em determinado momento histórico e sob situações conjunturais diversas. O espírito da Reforma está exigindo novos momentos para as igrejas protestantes e abertura para se entender novas propostas.

NOVO PROTAGONISTA NO CAMPO POLÍTICO

No campo político, também, surgem novos elementos característicos da crise que vivemos. Hoje, não se concebe mais o poder como fruto do acordo entre elites privilegiadas. Surge, na cena, novo protagonista: os movimentos populares. Levanta sua cabeça e sua voz. Sem pedir licença, começa a conquistar espaços e o direito de interferir nas grandes questões da sociedade. E os poderosos não sabem o que fazer com esse intrigante personagem. Sempre estiveram acostumados a resolver os problemas a partir de sua ótica. Como compartilhar e até se sujeitar a um novo poder que vai tomando força e coragem, que tem outros interesses e outra visão de mundo? Não é possível para nenhum analista político pensar em uma nova sociedade sem levar em conta a participação popular em todos os níveis de decisão. É o elemento novo que está influenciando nas sociedades de hoje, inclusive, nas nossas igrejas. Temos que confessar que ainda não sabemos trabalhar com essa nova alternativa. Ela questiona profundamente as nossas estruturas, o nosso conceito de poder e de sabedoria. Vão, naturalmente, produzir crises e questionamentos. Mais uma vez, a origem da crise e a pauta das questões vão se situar nos países e nos povos subdesenvolvidos.

E poderíamos ir refletindo e apresentando outros exemplos dessa crise que desafia a tradicional ética cristã. A limitação deste artigo não nos permite aprofundar mais a questão. Cremos que as pistas indicadas nos dão uma





Pentecostais: uma prática popular questionando as igrejas estabelecidas.

idéia da singularidade e profundidade do momento que vivemos.

A PAZ NA PERSPECTIVA DO CRISTO

Quando a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil escolheu o lema "Por Jesus Cristo, paz com justiça", ela teve a sensibilidade para as características da crise que vivemos.

Partindo da perspectiva do Cristo, como poderíamos entender a paz? Certamente que ela não se conservaria apenas quando os "poderosos" da terra assinassem, em Genebra, um tratado de uso das armas atômicas. Nem ainda quando os governos fortes fizessem acordo sobre as suas zonas de influência. Nem mesmo quando, no mundo, as chamadas guerras convencionais deixassem de ter cara pública. Para nós, os cristãos, a paz é algo muito mais profundo e duradouro. Vai ao fundo das relações entre os homens e com Deus. Lembremos a expressão do apóstolo Paulo aos Efésios quando afirma que "Ele (Jesus Cristo) é nossa paz", pois foi capaz de derrubar o muro de separação entre os homens. Aí se está construindo uma paz verdadeira. Fica a pergunta: como estamos cooperando com Ele nesse plano de paz? Aumentando os muros de separação que já são fortes e poderosos em nossa sociedade, com as barreiras de classes sociais, de cor, sexo, raça e religião, ou lutando por uma sociedade mais igualitária, fraterna e democrática? Temos

tido coragem de entrar nessa luta, que assume formas muito concretas no nosso viver diário, em nosso Brasil? A busca da verdadeira paz, aquela que o Senhor nos ensinou, nos vai colocar no centro da crise dos nossos dias. E, como indivíduos e como Igrejas, não podemos nos omitir a esse chamado.

PAZ COM JUSTIÇA

Mas a paz não pode existir sem a prática da justiça. É uma dissociação

impensável. Nunca seria a paz de Jesus Cristo. Também o conceito de Justiça está exigindo um aprofundamento maior em nossos dias e em nossa terra. Ela não se manifestará somente com o aperfeiçoamento das normas jurídicas, ou com a elaboração de uma nova Constituição. Não poderá resumir-se às relações individuais, terá que enfrentar a forma de estruturação da sociedade. E nada é mais injusto do que as relações sociais estabelecidas no Brasil. A comprovação dessa afirmativa está ao alcance dos nossos olhos, no campo e na cidade. Mas, para nós, os cristãos, a questão da justiça está intimamente ligada à construção do Reino de Deus. E Jesus foi muito claro nesse ponto. Basta recordar duas proposições básicas: "Buscai, primeiramente, o Reino de Deus e a sua justiça" e "Se a vossa justiça não exceder a dos escribas e fariseus..." Esses mandamentos se constituem em permanentes e atualíssimos desafios para as igrejas no Brasil. Respondendo-os, como se propõem, as igrejas luteranas estarão sendo, mais uma vez, fiéis ao chamado daquele que veio trazer a paz com justiça.

Jether Pereira Ramalho é sociólogo, coordenador da Rede Latino-americana da Comissão da Participação das Igrejas no Desenvolvimento (CCPD) do Conselho Mundial de Igrejas e membro do Programa de Assessoria à Pastoral Protestante do CEDI. Texto preparado originariamente a pedido do Centro de Elaboração de Material da IECLB.



A luta pela justiça na construção da paz

Uma economia diferente no Brasil: a indústria militar

Clóvis Brigagão

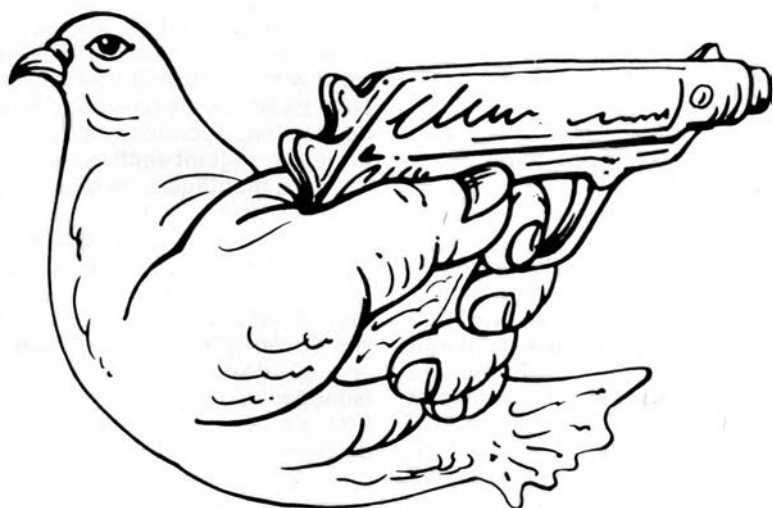
A cada dia que passa o brasileiro constata que uma grande economia vai surgindo, crescendo, tomando conta de espaços e recursos que deveriam estar sendo dirigidos para solucionar os nossos gritantes problemas que afligem milhões de pessoas pelo interior do país. Estamos diante da nova economia militar que, nos últimos 20 anos, despontou, inicialmente modesta mas que foi ganhando impulso (e incentivos) para tornar-se senão a primeira, pelo menos uma das principais economias do pobre Brasil. E com que peso ela vem se expandindo. Pode-se dizer mesmo que ela forma hoje um conglomerado, uma espécie de economia industrial, entrosando boa parte do parque fabril, as Forças Armadas (com seus institutos, departamentos e recursos) e dezenas de Federações Industriais dos nossos Estados, através dos seus Departamentos Permanentes de Mobilização Industrial. Essa economia que nasceu aqui dentro e foi impulsionada desde os primeiros governos militares, depois de 64, acabou liderando os traços da política econômica e industrial, bem como os avanços tecnológicos e empresariais adaptados aos novos esquemas da estratégia nacional. Essa economia ocupa hoje, mesmo e apesar da Nova República, um lugar de destaque. De certa forma, pode-se dizer mesmo que ela vem ocupando um lugar central no mais sofisticado mercado e negócio do mundo: o mercado internacional de armamentos. Para se ter uma breve idéia, basta dizer que, a menos de 10 anos, o Brasil praticamente não chegava a exportar nem 1 milhão de dólares em armas e munições. Hoje, os cálculos chegam a estimar que o Brasil exporta, mais ou menos, 2 bilhões de dólares de armamentos para mais de 60 países em todo o mundo.

O plano original dessa indústria inspirou-se nos problemas enfrentados pelo país com o comércio externo durante a II Guerra Mundial. Agora — no contexto da década de oitenta, que envolve elementos estratégicos, militares, econômicos e tecnológicos —, busca-se acelerar a entrada do Brasil

no ano 2000, através de sua capacitação militar. Segundo essa "filosofia", se o país entrar num período de ameaça, crise ou estagnação econômica, grande parte da estrutura industrial e tecnológica — mais de 500 empresas de grande, médio e pequeno porte — estaria em condições de ser mobilizada para a produção bélica e a sua exportação para o mercado mundial.

Esse é o novo quadro de uma **economia de segurança** em que as Forças Armadas e o complexo bélico assumem uma concepção e um lugar novo no conjunto dos recursos e da própria economia brasileira. E tudo isso feito em menos de 10 anos pela experiência de produção e, principalmente, de exportação para o comércio internacional de armamentos. Num determinado momento, muito colaborou o fantasma da Guerra das Malvinas que trouxe novos elementos para aumentar o caldeirão armamentista da América Latina, colaborando para que mais recursos fossem obtidos para a expansão da economia e do mercado da segurança. Com isso, cresceram e se afirmaram novas instituições, mais investimentos, novos centros de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, além de contar com a colaboração de uma nova política de recursos estratégicos e de maior ocupação do espaço na política econômica e industrial dos últimos anos.

O objetivo dessa política econômica de segurança tem sido o de fornecer novas alavancas institucionais, industriais e tecnológicas, abrindo caminho para reorientar a economia, em termos de prioridades e recursos, particularmente junto ao comércio exterior, e até mesmo junto à política externa. Atualmente, com a Nova República e a definição (se é que ela existe) de uma política econômica e industrial, o papel desse mercado da segurança ganha mais força e expressão em detrimento de outras economias de natureza social. Apesar de estarmos vivendo todos os problemas econômico-sociais, herdados do regime autoritário anterior, observa-se, ao contrário do que se poderia pensar, um novo impulso do setor bélico na Nova República. Das declarações militares às políticas que se vão delineando no horizonte da distribuição dos recursos financeiros e fiscais, e passando pela expansão que assistimos na área da produção de novos e novos equipamentos militares, verificamos que a economia da defesa vai se impondo em relação às outras economias. Novos saltos tecnológicos em áreas avançadas da indústria de ponta, novas e novas gerações de armamentos (com mísseis, foguetes, blindados, etc.), e maciços investimentos não só para novas produções, como também para setores de infraestrutura das Forças Armadas, como é o



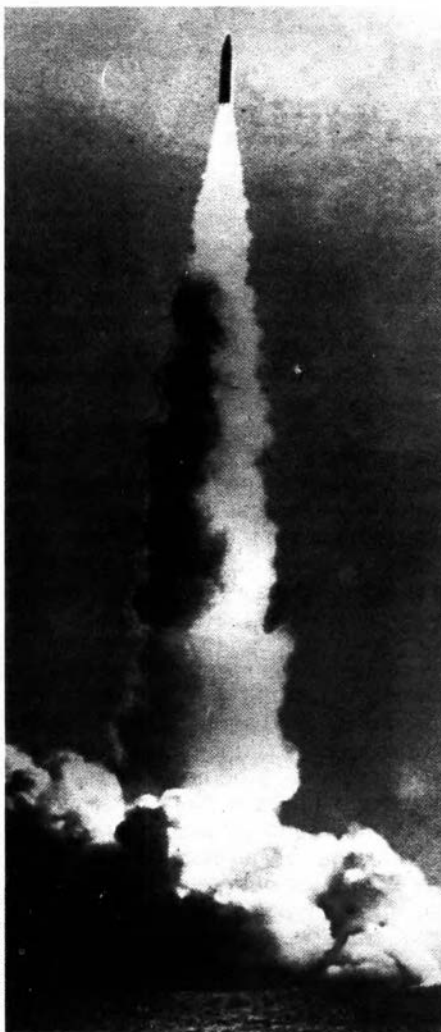
Serigrafia U.G. Stho

caso do novo programa de modernização do Exército, calculado em 1 bilhão de cruzados.

Esses investimentos estão sendo dirigidos tanto para reativar áreas tradicionais da indústria militar, como para a criação de novas e bem equipadas áreas, como a aeroespacial, a naval, a eletrônica de guerra e até mesmo a nuclear, com caráter militar. Comenta-se que o país até então tem gasto pouco em sua defesa, em comparação com outros países, especialmente os da América Latina. Porém, além do fato do nosso Produto Nacional Bruto ser um dos dez maiores do mundo, vastos recursos públicos (sem mencionar os privados e os multinacionais) são contabilizados nesse setor através de reforços no orçamento federal, com créditos suplementares (até há pouco tempo secretos), além da capacidade das agências governamentais do setor de captarem recursos no exterior, lançados, não se sabe até quando e de que maneira, na conta de nossa gigantesca dívida externa.

Há ainda um outro aspecto. Se, com todas as dificuldades que o país atravessa, houve diminuição do investimento industrial, existe uma grande pressão para que as tradicionais áreas e setores civis mais modernos sejam convertidos à indústria bélica. Os casos de conversão de linhas de produção são inúmeros, num alcance pouco debatido e cujas conseqüências nada ou pouco se sabe. O mercado da segurança se amplia a tal ponto de sofisticação que invade todos os grandes centros urbanos com novas parafernálias para a proteção de bens patrimoniais de uns poucos, dando-lhes a falsa segurança em comparação com a insegurança e o mal-estar de muitos, dado o nível de pobreza que atinge o país. Nas principais capitais do Brasil, são expostas em butikues e joalherias, não só os tradicionais brilhantes e brincos de ouro, como também pequenas armas com diamante fixado na mira que "além de conferir extrema precisão na identificação do alvo, personaliza e destaca a arma como objeto de arte joalheira". São as jóias da segurança para salvar a concentração da riqueza!

Com a situação social que vive o país, parece que a contrapartida está na expansão da indústria militar. Busca-se avançar na pesquisa de ponta, absorver maiores índices de tecnologia importada, área em que o país se sente carente. Um outro argumento é que a maior abrangência na tecnologia trará melhoria na qualidade da mão-de-obra. Ponto delicado, já que a nossa



ALAIN NUGUES

mão-de-obra, em seu conjunto é de baixa produtividade e qualificação. Certamente teremos uma aristocracia num oceano de mão-de-obra aviltada, com regalias e condicionada a esse mercado de segurança.

Além disso, está se buscando uma nova aliança entre empresas privadas e estatais, com acordos bilaterais entre governos, levando as exportações para todas as latitudes, independente de regimes políticos e ideológicos. Projetam-se **joint-ventures** com parceiros para montagem de fábricas em zonas de grande conflito (como é o caso da Arábia Saudita), ou com produtores de tecnologia na Europa ou nos Estados Unidos. Simbolizando novas metas, há uma política de novos incentivos governamentais, remuneração por serviços de controle de material bélico, isenções de impostos e facilidades de financiamento por bancos e agências do Governo. Quanto o país está pagando ou ganhando, quase ou nada se sabe. A opinião pública, o Congresso, as

instituições civis, os sindicatos, a igreja, continuam ignorando o que ocorre neste amplo e gigantesco mercado. O interesse nacional continua sendo tratado como segredo de Estado.

Ainda mais, há outro fator importante a ser destacado. Através do Programa Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar (PNEMEM), aprofunda-se ainda mais a penetração dos mecanismos da segurança no comércio exterior, incentivando a corrida armamentista nas regiões mais pobres e endividadas do mundo. Isso contraria a posição da diplomacia brasileira frente às questões de conflitos que seriam resolvidos pela negociação e pela solução pacífica (a exemplo do Grupo de Contadora que o Brasil está apoiando). Também diverge das normas do próprio programa de exportação de armas que impedem as vendas para as zonas de conflitos de guerra. Não adiantam argumentos de que a exportação da economia militar é a saída para reduzir a dívida externa e reduzir o impacto dos problemas internos, como o desemprego, ou ainda equilibrar nossa Balança de Pagamentos. São falácias que já não asseguram a solução dos problemas econômicos e sociais do país.

Devemos buscar outras soluções para o problema nacional do Brasil, reavaliando o que é prioritário em termos de nossa política econômica e industrial. Nessa hora em que a sociedade brasileira debate a formação da Constituinte e uma nova Constituição, baseada em valores e critérios democráticos e de justiça social, cabe abrir decididamente o debate em torno da questão da defesa e de seus aspectos econômicos e políticos.

Trata-se de um assunto de repercussão nacional e de interesse de toda a sociedade. Não há exclusividade para algo que afeta interna e externamente o país, nem se supõe que seja um assunto de cunho particularmente militar. Não. Trata-se de um assunto de todos. Sendo assim, devemos assumir os compromissos com a democracia e com a definição de uma defesa democrática, adaptada às realidades do país e voltada para a consolidação da justiça social em nosso país. Do contrário, estaremos construindo algo de fachada, sob um pedestal armado.

Clóvis Brigagão é escritor e cientista político. Escreveu "A corrida para a morte" e "O mercado da segurança" (Ed. Nova Fronteira); co-autor de "O armamentismo e o Brasil, a guerra deles" (Ed. Brasiliense); "A militarização da sociedade" (Jorge Zahar Ed., coleção "Brasil: anos de autoritarismo").

Perspectivas de paz na Nicarágua

Jorge Jenkins Molieri

O triunfo da Revolução Popular Sandinista na Nicarágua, ocorrido em 19 de julho de 1979, deu fim a uma das mais vergonhosas ditaduras da América Latina, enraizada na submissão estrutural que o regime da família Somoza impôs ao país, durante 46 anos. A guerra de libertação, sob a vanguarda da FSLN (Frente Sandinista de Libertação Nacional) provocou mais de 50 mil mortos entre a população nicaraguense e enormes danos à economia nacional, causando uma considerável destruição do aparelho produtivo e a deterioração das instalações de serviços nas principais cidades.

Com a vitória da Revolução, o povo nicaraguense saiu de um longo período de dominação e se preparou para realizar as profundas transformações exigidas pela nova sociedade da Nicarágua.

O governo revolucionário chamou, com razão, esta fase, de "Reconstrução Nacional", orientando o aparato econômico para as novas circunstâncias, definindo as linhas de participação popular como o eixo das atividades políticas, iniciando uma profunda transformação educacional (com a Cruzada Nacional de Alfabetização) e formando um exército popular sandinista encarregado de defender a soberania e a honra nacionais.

A expectativa inicial de que as transformações ocorressem em um clima de paz e estabilidade, frustraram-se, com a chegada de Ronald Reagan à presidência dos Estados Unidos, em janeiro de 1981. Logo de início, o presidente Reagan começou a concretizar as recomendações do Documento de Santa Fé e, nesse sentido, cortou os créditos de alimentação para a Nicarágua, desenvolveu uma intensa cam-
 nha propagandística de desprestígio contra a Revolução, favoreceu os esforços políticos e diplomáticos para isolar a Nicarágua do contexto internacional e deu ordens à CIA para que organizasse uma guerra secreta de desestabilização contra o novo governo, tendo, como principais protagonistas, os antigos guardas somozistas que tinham fugido para Honduras, reorganizando-os, armando-os e enviando-os para ações terroristas contra a população nicaraguense.

nha propagandística de desprestígio contra a Revolução, favoreceu os esforços políticos e diplomáticos para isolar a Nicarágua do contexto internacional e deu ordens à CIA para que organizasse uma guerra secreta de desestabilização contra o novo governo, tendo, como principais protagonistas, os antigos guardas somozistas que tinham fugido para Honduras, reorganizando-os, armando-os e enviando-os para ações terroristas contra a população nicaraguense.

VONTADE DE PAZ

Enquanto desenvolviam essas ações, os EUA ampliaram sua presença militar na região, construindo um equipamento militar sem precedentes em Honduras, apoiando decididamente o exército de El Salvador e treinando a guarda civil e a guarda rural da Costa Rica. A Nicarágua viu-se, então, força-

**Todas las armas al pueblo,
para defender la Revolución!**



Marcha Combativa pela Paz e Soberania da Nicarágua, em 28 de abril de 1983, na Praça da Revolução, em Manágua.

da a desenvolver um sistema defensivo, baseado na organização do povo armado, enquanto, no âmbito internacional, começaram intensos esforços para conseguir um entendimento bilateral com os Estados Unidos que pudesse traduzir-se numa normalização das relações, com base no respeito mútuo entre os Estados.

Conseqüente com seus propósitos de paz, o governo da Nicarágua apoiou, sem reservas, a primeira proposta de paz do Grupo de Contadora, declarando, em setembro de 1984, sua disposição de assinar a referida Ata, de forma imediata e sem qualquer modificação; obviamente, os governos da região, aliados da tese belicista dos Estados Unidos e sob pressões desse país, opuseram-se, na oportunidade, à assinatura da Ata. Devido à pressão internacional, os Estados Unidos concordaram em realizar conversações bilaterais com a Nicarágua, no porto de Manzanillo, México, mas logo — percebendo que tais negociações despertavam grande expectativa internacional para que se chegasse a uma solução pacífica das controvérsias — retiraram-se delas, sem justificativas convincentes.

A colocação de minas nos portos nicaraguenses, o não reconhecimento da competência da Corte Internacional de Justiça, de Haia, Holanda, o desacato às disposições do GATT, do Conselho de Segurança das Nações Unidas e das resoluções da Assembléia Geral da ONU — além dos ouvidos surdos aos apelos do Grupo de Contadora —, evidenciam uma vontade política muito firme do governo dos Estados Unidos para continuar aprofundando a guerra mercenária de agressão e o bloqueio econômico, levando à asfixia do processo nicaraguense. Em síntese, uma vontade agressiva que se baseia na aplicação de um terrorismo de estado. Não existe, por isso, o menor sinal de que os Estados Unidos favoreçam uma solução política e negociada para o conflito da região centro-americana.

PAZ E JUSTIÇA

O Presidente Reagan está pedindo ao Congresso dos Estados Unidos um aumento na ajuda militar para as forças mercenárias somozistas, chegando aos 100 milhões de dólares, enquanto continuam as manobras militares intimidatórias dos exércitos de Honduras e dos Estados Unidos, nas proximidades da fronteira nicaraguense e são entregues, de forma irresponsável, armas de alto poder e sofisticada

ção aos contra-revolucionários (como é o caso dos foguetes terra-ar).

O Grupo de Contadora, fortalecido em sua gestão de paz pela entrada do Brasil, Argentina, Peru e Uruguai, tem, como principal obstáculo, essa vontade belicista do governo dos Estados Unidos que é essencialmente contraposta aos ideais de uma solução negociada, autenticamente latino-americana e que se fundamenta no reconhecimento ao direito de soberania dos Estados, na autodeterminação e na não intervenção nos assuntos internos dos outros países. Por isso, apesar das gestões de Contadora, a paz parece ainda distante na América Central, mesmo que Contadora continue representando a única possibilidade real e concreta de um entendimento entre as nações do istmo.

A questão central é favorecer as ações de distensão necessárias para que seja criado um clima propício de paz e a exigência de que, antes de qualquer acordo, os Estados Unidos

encerrem o uso da força e as ameaças de sua utilização, para que os centro-americanos possam resolver, por conta própria, seus problemas e diferenças. Torna-se um contrassenso querer avançar nas negociações pela paz, quando os Estados Unidos favorecem, abertamente, a guerra contra a Nicarágua; não é realista discutir uma redução de armamentos na área, quando os Estados Unidos transformam a região em um imenso barril de pólvora.

A paz na América Central passa, necessariamente, pelo reconhecimento da justiça de um processo de autodeterminação que em nada ameaça ou fere a segurança dos Estados Unidos, pelo reconhecimento do Direito Internacional como a fonte das relações entre os países e, finalmente, pelo respeito conquistado por um povo heróico que constrói seu próprio futuro.

Jorge Jenkins Molieri é embaixador da Nicarágua no Brasil.



DERMI AZEVEDO



A guerra fria, cada vez mais quente

Newton Carlos

As Nações Unidas foram criadas pelas potências vencedoras da Segunda Guerra para "preservar as gerações futuras do flagelo da guerra". Nada de nacionalismos (leia-se Hitler) que jogassem o mundo em outra tragédia. Mas antes as potências (Estados Unidos e União Soviética à frente) se reuniram em falta, estância soviética no Báltico, e definiram áreas de influências na Europa, na época o centro de disputas. E objeto de rateios.

O que representou falta, se projetaria numa paralisia das Nações Unidas. A entidade "guardiã da paz" ficou, nessa questão, submetida a um Conselho de Segurança, no qual as potências se atribuíram o direito de veto. E, por meio do veto, nunca permitiram a ação das Nações Unidas em crises e guerras que afetassem seus interesses nacionais.

A União Soviética interveio na Hungria nos anos 50, sem que as Nações Unidas pudessem agir. E, depois, criou a doutrina Breznev, de "soberania limitada", para suas áreas de influência na Europa. A França fez uma guerra colonial e brutal na Argélia e Indochina. Os Estados Unidos fizeram a guerra do Vietnã. Participaram dela meio milhão de soldados norte-americanos. Dispunham de um poder destrutivo superior ao empregado na Segunda Guerra.

A partir do "ideário" das Nações Unidas, em confronto com a realidade do pós-guerra, o historiador inglês Geoffrey Barraclough lançou a expressão "falso internacionalismo da guerra fria". Não havia internacionalismo nenhum. Continuavam a prevalecer os interesses nacionais das potências. E aconteciam guerras frias e quentes. Quase 250, desde o fim da Segunda Guerra, com mais de dois milhões de mortos.

Em vez de paz, um mundo transformado em condomínio de superpotên-

cias, cada uma delas (Estados Unidos e União Soviética), disposta tanto a manter a partilha negociada em falta, como a tumultuar essa partilha, em prejuízo da outra. Com a descolonização e o surgimento de um Terceiro Mundo militante e numericamente poderoso, esse entrechoque complicou-se. O impasse nuclear congelou interesses na Europa e a grande disputa passou a ser por espaços no Terceiro Mundo.

Quando Kennedy assumiu a presidência dos Estados Unidos, em 61, a máxima era a de que "diante do impas-

se nuclear, o eixo de disputa deslocou-se para as revoluções na Ásia, África e América Latina". Os Estados Unidos se transformaram em templos de contra-insurgência e doutrinas de segurança nacional. Kennedy tinha, em seu gabinete, uma boina dos "greens berets", tropas especiais. Vieram a tentativa de invasão de Cuba e a guerra do Vietnã.

Tragédias e lições. Militarmente não dá, foi a conclusão. Com a eleição de Nixon, em 68, um conservador e feroz anticomunista, foi tocada a ideia de um "scholar" astuto e sem escrúpulos,





Henry Kissinger, introduzido no sistema de poder em Washington. Por que não acertar uma "distensão" nas relações internacionais que congelasse os interesses das superpotências? Em 1972, em Moscou, Estados Unidos e União Soviética assinaram o chamado "memorando de entendimento", cartilha da política de distensão.

A disposição ao congelamento chegou ao ponto de Nixon mandar, com assessoria de Kissinger, que os serviços norte-americanos de informações silenciassem sobre a expulsão de dissidentes da União Soviética. Essa era (e continua sendo) a fórmula de "paz" das superpotências. Mas não há como controlar as relações internacionais por meio de um "falso internacionalismo", submetido a interesses nacionais de uns poucos. "A época das grandes potências passou, não há mais como ignorar os interesses das maiorias", advertiu um ex-secretário-geral das Nações Unidas.

As revoluções ou evoluções no Terceiro Mundo continuaram. Para os Estados Unidos, representam a retomada do expansionismo. Outro anticomunista tão feroz quanto Nixon, Ronald Reagan, eleito presidente norte-americano em 82, acusou a União Soviética de violar o "memorando de entendimento" de 72 e partiu para a briga, exigindo um "roll back", a volta dos soviéticos às suas fronteiras "originais".

Na Europa tudo bem, para Reagan, apesar da sedução em tornar incontrolável a rebelião dos poloneses. A partilha de lalta prevalece, embora aumen-

te o número de conservadores norte-americanos que "questionam" lalta. Mas é preciso enfrentar o que foi definido como "problema estratégico central do mundo de hoje": a transformação da União Soviética "de potência continental e defensiva em potência global e ofensiva", em condições de desafiar os Estados Unidos por toda parte. A União Soviética é acusada de estender suas fronteiras ao sul da África (Angola, Moçambique etc) e até à América Central e Caribe (Nicarágua e Granada).

Intolerável. Reagan quer a volta aos limites acertados no "memorando de entendimento", como se a rebelião dos salvadorenhos possa ser sufocada por decisão de "cúpula". Forçou a inclusão, na agenda de seu encontro com Gorbachev, em novembro do ano passado, dos "conflitos regionais do Terceiro Mundo". Pensa que pode negociar com os soviéticos a situação na Nicarágua, como se negociassem cortes em armas atômicas. A paz, para ele, é o mundo como um condomínio disciplinado e administrado pelas superpotências, de acordo com os interesses nacionais de cada uma.

A União Soviética pensa parecido. Tanto que participou de lalta e assinou o "memorando de entendimento". Reagan introduz novas fórmulas de guerra, nessa fórmula de paz. A doutrina Reagan prevê a ajuda a todos os grupos do Terceiro Mundo que lutem, política ou militarmente (os "combatentes da liberdade") contra regimes considerados pró-soviéticos. O Terceiro Mundo

viraria um imenso cenário de "low intensity operations" ou "operações de baixa intensidade", do tipo do que é exercido na Nicarágua.

A idéia de paz ficaria preservada pelo fato de que os Estados Unidos e a União Soviética evitam o confronto nuclear. Os "conflitos regionais", destinados a regular disputas de "cúpula", não afetariam essa idéia de paz maior. De certo modo, a opinião pública mundial absorveu e continua absorvendo tal idéia. Como Estados Unidos e União Soviética não disparam seus foguetes, há paz, embora a televisão mostre diariamente o nível de sangueira no mundo.

No momento, as Nações Unidas relacionam a existência de 12 guerras "localizadas" ou conflitos com características de guerra. Entre elas, um derivativo inevitável de venda maciça de armas sofisticadas aos países subdesenvolvidos. São as guerras "enlouquecidas" do Terceiro Mundo, como a entre Irã e Iraque, uma mortandade que já dura mais de cinco anos.

As Nações Unidas continuam, como sempre, impotentes. Os Estados Unidos não deixam que elas se metam na guerra centro-americana. E a União Soviética não deixa que ela se meta no Afeganistão. O "falso internacionalismo" permanece. E a guerra fria vai ficando cada vez mais quente.

Newton Carlos, jornalista, é um dos principais comentaristas internacionais brasileiros.

Brasil: o terceiro na produção de armamentos

Beatriz Cardoso

Gerando controvérsias em vários setores políticos, econômicos e sociais, a indústria armamentista brasileira ocupa hoje um papel de destaque no mercado internacional. Com um investimento de 200 milhões de dólares em pesquisa militar, o Brasil está em terceiro lugar na produção de armamentos do Terceiro Mundo, atrás de Israel e Índia, competindo com os países desenvolvidos no mercado mundial.

FALTAM INFORMAÇÕES

Com uma produção estimada em torno de 5,56 bilhões de dólares nos últimos cinco anos, que corresponde a 10% do total das exportações brasileiras, segundo o Instituto de Estudos para a Paz de Estocolmo, o Brasil e os outros 26 países do Terceiro Mundo que produzem armamentos, no entanto, só atingiram de 1,5 a 2% da produção de armas pesadas entre 1980 e 1984. Partem daí as controvérsias sobre o peso da indústria bélica brasileira em termos econômicos e sociais.

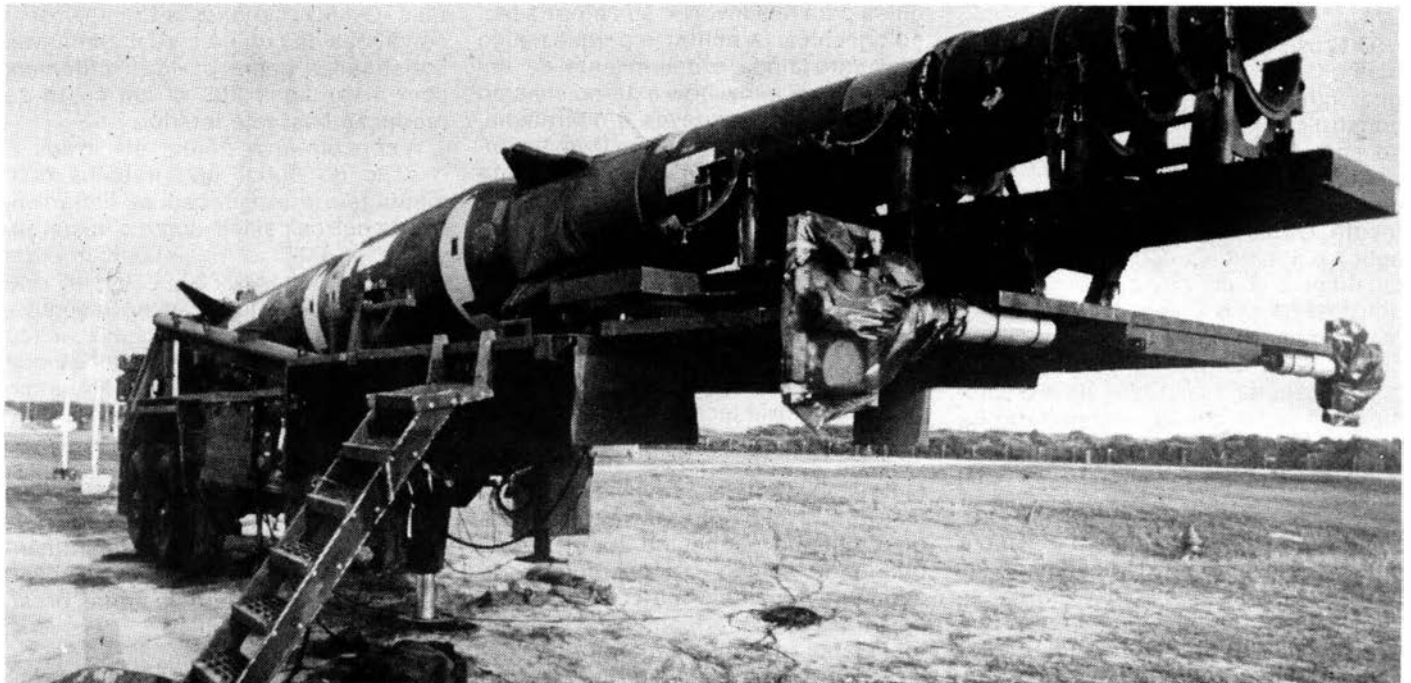
Apesar dos dados conflitantes e quase sempre não oficiais, estudiosos do assunto afirmam que o governo militar falseou a imagem da indústria de armamentos brasileira. Segundo o engenheiro José Drumond Saraiva, 37 anos, que pesquisa o assunto há 13 anos e prepara uma tese para a Université des Sciences Sociales, da França, "o Brasil nunca parou para analisar sua indústria bélica, sob a alegação de que o tema é de segurança nacional". A partir de dados obtidos junto a organismos internacionais como a Ucsada (United States Control and Disarmament Agency), Sipri (Stockholm International Peace Research Institute, da Suécia), IISS (International Institute for Strategic Studies, de Londres) e através de publicações brasileiras, Saraiva elaborou um quadro demonstrando que entre 78 e 82 as importações de armas pelo Brasil caíram de 1,3% para 0,1% do total das importações brasileiras, enquanto as exportações evoluíram de 0,9% para 3,1% no mesmo período. Contudo, o peso do setor sobre o PNB manteve-se praticamente o mesmo:

0,2% entre 78 e 81, e 0,4% em 82. A partir daí, os dados são escassos.

Drumond constatou que a maioria das empresas do setor registrou déficits no biênio 82/83. As exceções foram a Engesa — Engenheiros Especializados S.A., a Avibrás Aeroespacial e a Embraer — Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. Um caso interessante foi o da Imbel — Indústria de Material Bélico do Brasil, estatal vinculada ao Ministério do Exército, que enfrentou uma crise justamente no período de maior êxito da indústria bélica brasileira. O governo Figueiredo colocou na direção do grupo o empresário José Luiz Whitaker Ribeiro, presidente da Engesa, que conseguiu tirar a Imbel da crise, apesar de gerar polêmicas por ter transferido a sede da empresa, sem consulta ao Congresso, de Brasília para São Paulo.

SEGURANÇA NACIONAL

A dificuldade de se obter dados precisos sobre a indústria armamentista brasileira parte do imperativo da segu-



A produção de armamentos no Brasil não é fiscalizada ou controlada.

rança nacional, no qual os militares no poder se basearam para desenvolver o setor sob sigilo quase completo. Diante disso, diversos segmentos políticos passaram a exigir da Nova República uma postura mais rigorosa. Além do argumento de que a indústria de defesa contribui para a corrida armamentista, ferindo os preceitos tradicionais da diplomacia brasileira, de não intervenção e busca de soluções negociadas para conflitos entre outros países, há uma outra questão que tem gerado controvérsias: a indústria de armamentos não é controlada ou fiscalizada pelo Legislativo.

Segundo o deputado federal Israel Dias Novaes (PMDB-SP), membro da Comissão de Relações Exteriores do Congresso Nacional, os empresários do setor foram convocados várias vezes para prestar informações à Comissão, como foi o caso da transferência da Imbel. O Ministério do Exército do governo anterior não permitiu esses depoimentos. O Congresso Nacional, com a Nova República, pretende fazer um estudo aprofundado do setor. "Queremos levar ao conhecimento da opinião pública a real situação da indústria armamentista brasileira: quem são os fabricantes, quais os armamentos produzidos em todos os níveis, quais os países compradores, os processos de comercialização e exportação, assim como os subsídios e incentivos fiscais concedidos ao setor", explica o deputado.

REGRAS ESPECIAIS

O Brasil iniciou sua produção de armamentos durante a Guerra do Paraguai, quando, num prazo de 18 meses, construiu seis navios. Os registros que se seguem são escassos, embora, a partir da década de 20, o Exército tenha começado a produzir armas regularmente. O marco principal da indústria bélica nacional é a década de 60, principalmente no período que se segue ao golpe de 64, sob a alegação dos militares de que "era necessário reforçar os sistemas de defesa da Nação". A Engesa já existia, mas tinha um mercado muito restrito. Em 69, o Ministério da Aeronáutica fundou a Embraer, mantendo até hoje o controle acionário da empresa.

Não se sabe ao certo nem mesmo o número de empresas dedicadas ao setor, bem como a mão-de-obra empregada. Algumas fontes indicam a existência de 60 empresas fabricantes de armamentos, que empregam diretamente 80 mil trabalhadores e 200 mil indire-

tamente, através dos fornecedores de componentes e peças. Antes do advento da Nova República, o governo afirmava existirem cerca de 350 a 400 indústrias de armamentos, gerando mais de 200 mil empregos diretos. Estavam incluídas, nesse levantamento, as empresas que produzem uniformes, calçados e outros equipamentos de uso militar.

As relações de trabalho também diferem de outros setores da indústria. Uma vez que cerca de 90% do faturamento das empresas armamentistas vêm das exportações, as negociações entre empresários e trabalhadores são feitas separadamente às de categoria semelhante em outras indústrias, como a siderúrgica. Afinal, uma greve na indústria bélica poderia criar uma crise sem proporções, acarretando até mesmo a quebra de empresas menores.

INVESTINDO EM PESQUISA

Segundo os empresários, o fator mais importante da indústria nacional de armas é o investimento em laboratórios de pesquisa. Mais de 200 milhões de dólares foram investidos no desenvolvimento de novos produtos, para manutenção e conquista de outros mercados, apenas nos últimos anos. Há mais de 2.000 cientistas trabalhando nos laboratórios industriais, sem contar aqueles que estão integrados nos centros de tecnologia do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, que afirmam repassar a tecnologia às empresas privadas.

Apesar de dispor de centros de pesquisa para desenvolver sua própria tecnologia na área militar, o parque bélico brasileiro ainda é dependente de importação de know-how externo, mesmo na área de armas leves e intermediárias. Por isso, o setor exige investimentos cada vez maiores, principalmente na área privada, uma vez que precisa acompanhar os avanços do mercado internacional, sob pena de tornar-se obsoleto.

O sucesso do Brasil em alguns setores, como o de aeronaves e blindados de combate, segundo o Instituto de Estocolmo, se deve principalmente à adoção de um nível tecnológico "realista", que se adapta mais às condições e necessidades dos países do Terceiro Mundo. Os tanques e aviões de treinamento, por exemplo, são construídos pelo sistema conhecido como "engenharia de adição" — o emprego de componentes importados ou fabricados sob licença, adaptados aos projetos elaborados nos laboratórios. Assim, a configuração básica de um carro de combate pode ser equipada com

sistemas de mira mais ou menos sofisticados, importados ou não, de forma a atender a diversas faixas de preço ou demanda.

EXPORTAÇÕES

O Brasil tem uma carteira de pedidos de 3 bilhões de dólares para o biênio 1986/87, segundo a Cacex. São aproximadamente trinta países, nos cinco continentes, que utilizam armamentos brasileiros em rotina de treinamento, sistemas de segurança ou em conflitos, como nos casos da luta entre as comunidades turca e grega no Chipre, na guerra do Golfo Pérsico e outras. Esses países compram do Brasil desde a mais simples granada de mão até o sofisticado lançador múltiplo de foguetes Astros-2, da Avibrás, capaz de cobrir distâncias de 32 a 70 km, com vetores apontados eletronicamente por uma Central Diretora de Tiro totalmente computadorizada (apenas cinco outros países produzem conjuntos semelhantes, porém com um raio de ação sensivelmente menor).

Em 1985, o Brasil tornou-se, pela primeira vez, fornecedor de armamentos para os países desenvolvidos, com a venda de lotes do avião monomotor turbo-hélice de treinamento Tucano, produzido pela Embraer, para os Estados Unidos e Grã-Bretanha, vencendo licitações de que participaram empresas de vários países. A empresa espera sucesso igual ou superior do jato tático AMX, atualmente em fase de testes, produzido em associação com as empresas italianas Aeromacchi e Aertalia. O AMX, segundo a Embraer, tem condições de competir com aeronaves sofisticadas como o Hawk britânico, com a vantagem de ter um custo de produção bastante inferior.

A concorrência, porém, é acirrada. É o caso do Egito, que trabalha com montagem e adaptação de armamentos de outros países, como o míssil soviético SAM-7 e caça-bombardeiros franceses Mirage-2000, e Israel, que ampliou sua penetração no mercado, recondicionando equipamento bélico soviético e revendendo a países que não têm condições de adquirir equipamentos novos.

Por outro lado, muitas das novas opções para a aquisição de armas são estimuladas pelos Estados Unidos, com o objetivo de manter os países do Terceiro Mundo fora da órbita de influência soviética, o que pode trazer novas restrições ao mercado de armas brasileiras.

Beatriz Cardoso é jornalista profissional.

Emilio Castro: Teologia da Libertação e outros temas

O secretário geral do Conselho Mundial de Igrejas, pastor Emilio Castro, 58 anos, metodista uruguaio esteve visitando oficialmente Porto Alegre, dias 17 e 18 de dezembro passado, contactando as igrejas-membros do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs no Brasil, CONIC. Na segunda-feira, participou de uma entrevista coletiva que, pela profundidade das análises por

ele feitas, a partir dos temas propostos pelos jornalistas, tornou-se uma verdadeira conferência. Assim, tivemos uma ampla e esclarecedora análise do significado da Teologia da Libertação para o CMI, os desdobramentos do ecumenismo com o Vaticano e uma lição sobre a importância da busca de caminhos verdadeiramente autóctones para a teologia latino-americana.

(Tânia Krutka)



Emilio Castro. "A Teologia da Libertação criou uma dimensão evangelizadora".

O CMI apoia a Teologia da Libertação?

Emilio Castro — A resposta oficial primeiro: o CMI não tem uma teologia oficial. É um lugar de encontro. Mas a teologia latino-americana tem direito de existência no fórum ecumênico mundial, como o tem a teologia que se desenvolve na África, a teologia feminina e as teologias clássicas: luterana ou calvinista, ortodoxa, etc.

Mas, como latino-americano, tenho que reconhecer que a Teologia da Libertação deu à mocidade cristã da América Latina um senso, quase diria que de orgulho, de dignidade, de participação nas coisas vitais dos seus países. Não se pode fazer um comentário da situação brasileira. Mas falo sobre o Uruguai, meu país. O Uruguai é um país de uma tradição agnóstica muito secular. E, durante muito tempo, a mocidade cristã estava na defensiva. Imperava um quadro folclórico de que a religião ficava bem para as crianças e para os setores fracos da população. Mas nos anos 60 e 70, já se via a mocidade com sua cruz como uma indicação militante de sua fé. Por que? Porque encontraram uma fé de inspiração para desafiar as injustiças da sociedade, para resistir à opressão do sistema policial e proclamar a dignidade humana.

Eu não diria que só através da Teologia da Libertação se possa ser cristão e defender a humanidade. Mas, de fato, na América Latina, corresponde defender o mérito desta teologia para expressar essa realidade de participação nos problemas reais do mundo e para dar à mocidade cristã da América Latina, um instrumento intelectual para participar na discussão e busca de modelos para a sociedade do futuro.

A Teologia da Libertação tem perigos, como assinala o documento do Vaticano. Mas tudo na vida é perigoso. E se você quer fazer alguma coisa que valha a pena, tem que correr riscos. Os

perigos que o documento do Vaticano assinala são três: o perigo marxismo, do horizontalismo e da tarefa de reconhecimento da autoridade hierárquica dentro da Igreja.

O Sr. também reconhece esses perigos?

EC — Como perigos não, naturalmente. Se você acredita na mobilização popular, se você defende a presença dos cristãos em todos os setores da sociedade, você está juntando forças muito criativas que nem sempre estarão seguindo a última disciplina que o pastor, o bispo, que o secretário geral do CMI, estarão estabelecendo. Há uma dinâmica para se poder corrigir os erros quando se produzem. Mas sem matar a dinâmica e a criatividade, construindo sobre a realidade e a potencialidade da Teologia da Libertação.

Na minha perspectiva pessoal, os

perigos são bem menores, definitivamente. Porque na América Latina, a Teologia da Libertação criou uma dimensão evangelizadora, a fé cristã tornou-se crível para muita gente na América Latina e, significou também uma dimensão de justiça e participação nos problemas globais da sociedade latino-americana.

Então, de momento, vejo sobretudo os fatores positivos. Mas repito: não sacralizemos uma teologia. Ela cumpre uma função. Teologia é um processo através do qual a Igreja se pergunta por sua missão, por sua obediência, pelo que devemos fazer hoje. É um processo permanentemente dinâmico. E o movimento ecumênico dá a oportunidade da correção recíproca.

Nós, da América Latina, podemos ir muito ligeiro com a Teologia da Libertação. Mas os amigos da África fazem algumas perguntas críticas muito interessantes aos teólogos da libertação.

Perguntam se tomamos em consideração não só fatores econômicos, sociais e políticos, mas também culturais, éticos e religiosos. A teologia africana presta mais atenção às tradições africanas. Há um relacionamento com a cultura tradicional. A Teologia da Libertação, na América Latina, ainda tem que fazer justiça às culturas índias americanas — pré e pós-colombianas — e também reconhecer a contribuição da cultura negra à América Latina.

Sobre esses temas fundamentais a Teologia da Libertação tem ainda um caminho a percorrer. E é a ajuda internacional que já está colocando esta pergunta crítica. Isto é o ecumenismo: a correção recíproca.

O Sr. concorda com a condenação do Vaticano ao teólogo Boff??

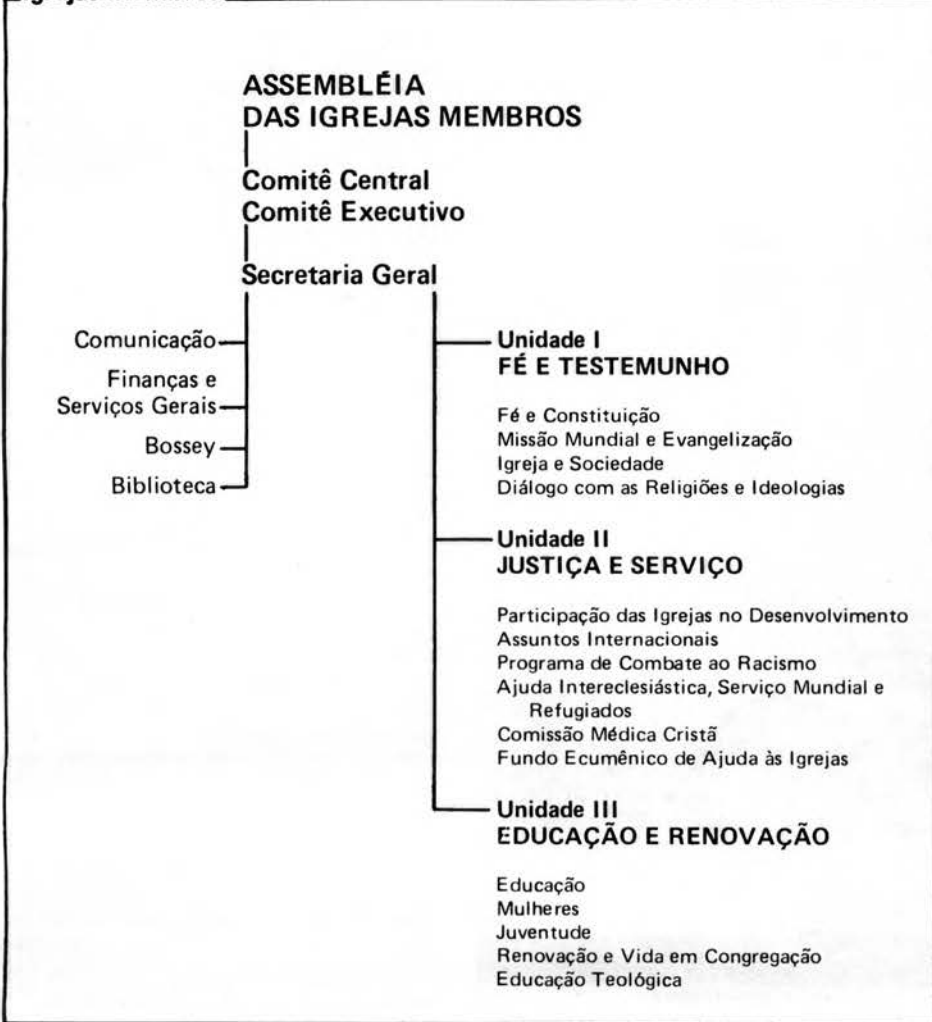
EC — Leonardo Boff é um teólogo que está procurando contribuir à busca da obediência que corresponde ao dia de hoje, ao estilo de ser Igreja que corresponderia aos tempos atuais. A Igreja Católica oficial, representada pela Congregação para a Doutrina da Fé, considerou que as posições de Boff estavam além do consenso interno que a Igreja Católica poderia aceitar. Nesse momento, o problema de Boff passa a ser um problema de disciplina interna da Igreja Católica. Quem estiver interessado deve perguntar às autoridades católicas. Não seria eu, um protestante, que faria a interpretação se Boff é um padre católico. Seria uma pretensão indevida de nossa parte.

Nós acreditamos que o movimento global da Teologia da Libertação não é católico. É ecumênico e, nesse sentido, contribui também para facilitar o diálogo entre as igrejas. Mas o caso específico de Leonardo Boff escapa a minha possibilidade de fazer um comentário público.

Qual é a situação das relações ecumênicas no pontificado de João Paulo 2º?

EC — O ecumenismo é a característica talvez mais importante do período papal de João Paulo 2º. Não sei se encontraremos outra palavra que ele utilize mais seguidamente do que **ecumenismo**. Se acompanharmos os documentos do Sínodo, veremos que a vocação ecumênica da Igreja Católica é afirmada unanimemente. Agora, que os conflitos aqui ou lá, que as diferentes escolas teológicas, que as possibilidades de colaboração em situações

Igrejas Membros



Organograma do Conselho Mundial de Igrejas



de direitos humanos, em situações conflitivas, sejam **mais** ou **menos** fáceis, isto sim, mas não muda a presente vocação que o atual papa declara ser irreversível.

Isso ele mesmo disse, no ano passado, ao visitar o Conselho Mundial de Igrejas, em Genebra. Agora, temos dificuldades. A maior delas, segundo ele, é quanto ao seu cargo, esclarecendo que, por ser bispo de Roma, deve olhar primeiro para a realidade de sua Igreja. Isso coloca problemas para os protestantes e ortodoxos. Então temos duas afirmações. Uma de que "não podemos recuar no compromisso ecumênico" e, outra, de que "temos dificuldades objetivas, reais, que precisam ser consideradas, confrontadas com a caminhada ecumênica".

Então, para escapar ao aspecto conflitivo da pergunta, em meu relatório ao Comitê Central, na reunião de Buenos Aires, em julho passado, eu levanto o nome do irmão Boff não como um problema de disciplina eclesiástica. Não questiono o direito de uma igreja ter sua disciplina a quem pertence a essa igreja, somente que, se o caso de Boff indicasse uma rejeição de toda a corrente autóctone em toda América Latina, então o problema deixaria de ser um problema interno da Igreja Católica, para converter-se num problema ecumênico. Porque, numa visão de unidade para o futuro, temos que guardar a capacidade das diferenças culturais, litúrgicas e teológicas.

Não pensamos nunca que a igreja de amanhã será uma igreja monolítica. Será uma igreja multicolor. Terá que ser uma sinfonia, um quadro completo. Nós temos que acender a luz vermelha, pelo menos quando há esse tipo de conflito teológico. Chamar a atenção de que isto não signifique a eliminação

de uma legítima diversidade no interior de nossas igrejas, porque ela será absolutamente necessária se amanhã pudermos crescer na unidade da igreja em seu conjunto.

Suas declarações em Buenos Aires estremeceram as relações do CMI com o Vaticano. Quais foram os desdobramentos dessa crise?

EC — Não, não estremeceram. O ecumenismo não é tomar cafezinho juntos. É discutir honestamente as diferenças para facilitar a compreensão. Se eu não levantasse o assunto no momento em que a CMI se reunia na América Latina, eu não estaria compartilhando com as igrejas-membros do mundo inteiro a realidade conflitiva potencial do assunto chamado Boff. Então, eu teria que abrir os olhos dos representantes das igrejas para esta dimensão ecumênica.

Ao mesmo tempo, o representante do Vaticano, que estava presente lá, fez seu comentário dizendo primeiro que eu deveria ter falado privadamente. Sempre é melhor falar em particular do que em público, acrescentou. Eu respondi que ele tinha razão e que já havia falado com o cardeal a respeito. Em segundo lugar ele esclareceu que o padre não estava convidado a ficar em silêncio em razão da Teologia da Libertação, mas em razão de sua eclesiologia, e que se configura como um problema universal para a Igreja Católica e não é um problema latino-americano no sentido estrito.

Se é assim, o esclarecimento é correto e ajuda. Agora nós podemos seguir as conversações com os amigos do Vaticano sobre a Teologia da Libertação em seu conjunto, dentro do marco de referência de desenvolvimento

das igrejas nacionais e regionais que expressem a pluralidade e a riqueza do evangelho em contato com as culturas.

O incidente de Buenos Aires não produz rompimento. Produz superação do estágio do conflito, que leva a discussão a um outro estágio, que tem mais promessas. Mas, após Buenos Aires, houve, naturalmente, discussões dentro do Comitê Misto de Trabalho, entre CMI e Vaticano, sobre o tema da Teologia da Libertação em si mesma.

O que o Sr. considera que tenha mudado, ou avançado, ou recuado, neste tempo de mandato de João Paulo II?

EC — Naturalmente aceito a pergunta limitada ao campo das relações ecumênicas. Creio que uma primeira linha de avanço é a afirmação clara do compromisso ecumênico da Igreja Católica. Nenhum padre tem desculpa para se recusar à colaboração com protestantes ou ortodoxos que estejam perto de sua paróquia. Se fizer isso, estará desobedecendo sua autoridade máxima. Isso é muito importante porque há muita gente no interior de nossas igrejas que não se aventura a ir ao encontro do outro.

Segundo: o crescimento dá sinais, marcas, institucionais de participação ecumênica da Igreja Católica. Por exemplo, a organização do CONIC. Há um encorajamento à participação das igrejas em distintos países do mundo. Há um crescimento visível de uma institucionalização.

Terceiro: a visita que o papa fez ao CMI, ano passado, teve um caráter simbólico de parceria no diálogo ecumênico e a afirmação de que chegou o momento de se discutir as coisas ver-



O processo de formação do Conselho Mundial de Igrejas

dadeiramente difíceis. Nesse sentido tem um mérito.

As dificuldades que se pode detectar estão relacionadas com a busca de uma identidade católica hoje. São mais dificuldades que acontecem no interior da Igreja Católica, mas que toca também os setores não católicos que com ela se relacionam. Por exemplo: as conversações sobre a Teologia da Libertação sempre estão dentro dessa dificuldade. É inevitável.

É a divisão entre progressistas e conservadores, não?

EC — Você põe os adjetivos. Eu não falei isto. Na América Latina há situações muito complexas, como na América Central, onde há grupos ecumênicos que tem um relacionamento de trabalho com o CMI e que, em alguns momentos, estão em conflito real com sua autoridade eclesiástica. Aí se configura uma dinâmica ecumênica conflitiva que precisa ser superada, mas através de critérios claros, já aprovados pela Igreja Católica e pelo movimento ecumênico.

Explico: a prioridade é o pobre, é um valor que a Igreja da América Latina, em sua versão católica, já afirmou através dos documentos de Medellín e de Puebla, e, na versão protestante também já foi provado através do Conselho Latino-americano de Igrejas, CLAI. Quer dizer, hoje não podemos discutir, entre cristãos, sem referência ao que acontece ao povo pobre na América Latina. Então, nas situações conflitivas, o critério fundamental referente para todos nós, é como servir melhor aos setores marginais, sem poder, da sociedade latino-americana.

Com relação à prioridade pobre, sabemos que o CMI tem suas prioridades de ação. O que temos para a América Latina e África nessa área?

EC — Talvez tenha que mudar os termos da pergunta. Não é que o CMI tenha uma prioridade para a América Latina ou África, porque o Conselho não é nada, mas sim as igrejas da África e América Latina. O Conselho não é uma organização que dá linhas. É um processo permanente de consultas, onde as linhas vão surgindo. O CMI tem dois níveis distintos de atuação: um a nível programático, com quatro ou cinco conferências. É dado um tema de estudo, participação, experimentação e espera-se ter conseqüências na vida das igrejas. O segundo: a igreja tem como missão fundamental chamar a humanidade à fé de Jesus Cristo. Sua única contribuição específica, espiritual, religiosa, é o relacionamento do homem



PETER WILLIAMS

O ecumenismo não é tomar cafezinhos juntos”.

com Jesus Cristo. Falamos hoje que a Teologia da Libertação tem uma significação evangelizadora na América Latina que descobriu na fé cristã recursos para combater.

Mas há outras áreas de problemas que precisam ser analisados: toda a questão da genética moderna, a manipulação da vida nos laboratórios, as mudanças de genes. O que significa isso para a nossa concepção antropológica? Quando a vida pode ser criada em laboratório, quando se pode armazenar um ovo fertilizado por cinco, dez, cem anos. Há toda uma problemática nova que se relaciona com a possibilidade de expressar nossa fé, mas também com os valores éticos que estarão conduzindo a experimentação e o progresso científico. É preciso também ver o problema da proclamação do evangelho em sociedades que respondem a uma ideologia oficial. Para as igrejas que, em países como a União Soviética e da Europa Ocidental, foram o centro da cultura e hoje estão expulsas para a periferia. Qual é o relacionamento entre evangelho e cultura nessas situações onde, seja a televisão na sociedade de consumo ou o partido, se constituem no grande centro propulsor da cultura de valores para conduta humana. E a Igreja tem como grande tema passar a sua missão.

Terceira grande conferência: que modelos de unidade temos, até onde vamos na busca da unidade da igreja? Estamos juntos, colaboramos, mas estamos tão contentes de colaborar que já não temos mais urgência de trabalhar pela unidade. Qual é o modelo de unidade que podemos desenvolver juntos e quais são os papéis dos líderes

das igrejas para se ter uma visão de conjunto? A grande preocupação é uma aliança pela justiça, a paz e a integridade da criação.

Todo movimento pela unidade deve ser trazido a um diálogo vital criador que é a busca de justiça, que é a preocupação maior dos países de Terceiro Mundo. Assim temos as grandes linhas do Conselho: solidariedade, a missão, a unidade, justiça e paz.

O CMI apoiou com ênfase a resistência da sociedade argentina ao terrorismo de Estado. O Sr. considera que a condenação dos chefes militares, agora, esgota a busca da justiça?

EC — Aí entramos em um terreno que escapa à minha possibilidade de teólogo estrangeiro, porque é um problema de aplicação de normas de justiça absoluta à realidade política do possível. Então posso fazer um juízo muito idealista. Todo mundo que fez algo ilegal e imoral contra seu próximo, teria que ser chamado a prestar contas à sociedade, para poder falar depois do reconhecimento das culpas, no momento da reconciliação nacional. Essa é a situação teológica ideal. Mas há outra situação, do pecado real de uma sociedade e as possibilidades de assegurar que o passado não se repita. Então é neste nível que o governo e o parlamento, os grupos de oposição e as igrejas na Argentina têm sua responsabilidade. Mas não posso fazer um juízo sobre uma realidade ambígua, pretendendo uma autoridade teológica que poderia exercer-se independentemente dos dados concretos da história precisa argentina.

Em relação ao marxismo. O Sr. também concorda que ele ameace a América Latina?

EC — Não acredito que exista esse perigo, do ponto de vista filosófico, para a América Latina. O povo latino-americano é, basicamente, crente. A religiosidade popular é um fato aqui. Então, mesmo que existisse um perigo de uma rendição intelectual à noção filosófica marxista, nesse momento não teria a menor chance de influenciar a vida do povo e da igreja latino-americana. Acredito que os controles dos possíveis perigos estão dados na mesma situação latino-americana. Mas, repito, teologia é um processo dinâmico da busca da obediência. Então, os teólogos cristãos católicos e protestantes têm que ser os corretores dos teólogos cristãos católicos e protestantes, se virmos que há risco de trair as posições fundamentais de nossa fé.

Famílias de padres casados do Brasil se reúnem em Salvador

Do possível casamento do padre Albano, personagem da novela nacional *Roque Santeiro*, ao drama do padre Ralph de Bricassart, do filme americano *Pássaros Feridos*, vai se desdobrando para o público a problemática do celibato obrigatório imposto pela Igreja desde o século IV - vivido por milhares de padres como condição "sine qua non" para o exercício do ministério sacerdotal. No Brasil, como no mundo inteiro, outros milhares de padres deixam este mesmo ministério, levados por várias razões, mas principalmente por sua opção consciente e livre pelo direito ao casamento. Simplesmente por isso, a Igreja não os reconhece mais.

Grande número desses padres casados se organizam um Movimento de âmbito nacional que já realizou vários Movimentos. Neste artigo, os padres casados Felisbino Chaves e Mauro de Queiroz nos falam do último Encontro e trazem um pouco da história e das características de seu Movimento

O Movimento dos Padres Casados (MPC) nasceu em Salvador (BA), de um pequeno grupo de casais, lá pelos idos de 1978. E agora, oito anos depois, retornou, com maior força, à sua cidade de origem, para realizar o seu VII Encontro Nacional. De 23 a 26 de janeiro, sob a claridade e o calor do verão baiano, reuniram-se, no Instituto Social da Bahia, em Ondina, 102 famílias de padres casados procedentes de quase todos os Estados — inclusive de Natal (RN), em um ônibus lotado — para mais um Encontro, desta vez coordenado por Valdira e Rogério Ataíde Caldas Pinto, Italva e Almir Dias Simões.

Destacava-se a presença do bispo casado argentino Jerónimo Podestá e Clélia, sua mulher, um dos casais presidentes da Federação Internacional de Grupos por um Sacerdócio Casado, e a presença de membros da hierarquia, com a qual o MPC deseja manter o melhor diálogo: D. Tomás Guilherme Murphy, CSSR, bispo auxiliar de Salva-

dor, D. Timóteo Amoroso Anastácio, OSB, abade resignatário do Mosteiro de São Bento de Salvador, Pe. Mário Rivolti e Pe. Primo Telch, da Congregação de Jesus Sacerdote que trabalham na Igreja de Barretos e Marília (SP), Pe. Mariano Brentan, de Paulo Afonso (BA), e Mons. Gaspar Sadock, Vigário Geral da Arquidiocese de Salvador, representando D. Avelar Brandão, cardeal-arcebispo, na celebração eucarística de encerramento. O Encontro recebeu várias moções de apoio, inclusive dos Padre Jesuítas de Salvador, e foi marcado pela alegria dos reencontros de colegas, amigos e irmãos.

O tema deste ano foi "Análise e Integração da Vida Familiar", debatido em grupos e assembleias. A família foi enfocada em seus vários aspectos, depois interpretados sob os pontos de vista teológico, psicológico e sócio-político, elaborando-se um documento com as conclusões gerais, lido e aprovado no encerramento.

A organização do MPC deu importantes passos: haverá coordenação local e regional e uma executiva nacional sediada onde os Encontros se realizarem (de dois em dois anos), equipe essa integrada também por um casal de cada região. A personalidade jurídica do MPC será a nível nacional e a ela poderão se filiar as coordenações. A secretaria geral funcionará junto ao informativo *Rumos*, de Brasília (onde será o VIII Encontro Nacional, em janeiro de 1988), transformado agora em órgão oficial do MPC.

ALGUNS PONTOS DAS CONCLUSÕES

"O grupo compreende sua ambigüidade no mundo e deseja sair dela, abrindo caminhos para sua plena realização humana, sem perder o conteúdo espiritual de que se sente portador e responsável. Condena toda forma de individualismo e autoritarismo existente na vida familiar e na sociedade. O grupo entende que compete à família



Em Salvador, debate sobre o padre casado e a vida familiar

V ENCONTRO NACIONAL DO MOVIMENTO DOS PADRES CASADOS



D. Aloisio após caminhada dos padres casados brasileiros (foto de um encontro anterior)

dar a reviravolta no mundo atual, pois é na família que começam as mudanças sociais. Neste contexto, o grupo afirma sua vocação específica: ser chamado por Deus para viver o sacerdócio juntamente com uma mulher, no amor, na afetividade e na disponibilidade de algum tipo de serviço pastoral, bem como na vida profissional, social e política. Este engajamento deve ser embasado em uma fé esclarecida e operante, comprometido com as lutas do povo e com a transformação das estruturas sociais.

Quanto à educação dos filhos, percebe-se a necessidade de uma revisão de conceitos e atitudes no que se refere ao respeito da personalidade, de uma postura crítica dos meios de comunicação social, sobretudo da TV, e do desenvolvimento de uma educação da fé voltada para os valores do mundo de hoje e confirmada pelo exemplo pessoal, num clima de diálogo e liberdade.

No campo sócio-político, o grupo defende a necessidade de se criar canais através dos quais o povo possa exercer o poder e participar das decisões de sua vida e de seu destino."

PEQUENO HISTÓRICO

Fruto da identidade de condições dos padres que deixam o clero, o MPC começou em 1978, no diálogo de alguns casais. A partir de 1979, quando se reuniu em Nova Iguaçu (RJ), com 12 pessoas, numa troca de experiências

de vida e trabalho, foram organizados vários Encontros nacionais. Em 1980, ainda em Nova Iguaçu, deu-se o II Encontro, com 25 pessoas, tendo como tema a fé e o engajamento cristão do padre casado e de sua esposa, sua marginalidade na Igreja e o sentido do sacerdócio numa Igreja que opta pela libertação do povo oprimido. São Paulo sediou o III Encontro em 1981, cujo tema foi a situação do padre casado e de sua família na Igreja e no mundo, seu compromisso no trabalho de conscientização e libertação como exigências da fé. Contou com 65 pessoas e com a presença de D. Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo. O IV Encontro foi novamente em São Paulo, em 1982, versando sobre a realidade brasileira e a Igreja no Brasil, os ministérios e o sacerdócio do leigo, a missão da mulher. Foi animado pelo padre casado e historiador Riolando Azzi e teve ainda a presença de D. Paulo Evaristo Arns e dos padres Aléssio Cabras e Mário Rivolti. O V Encontro se deu em Fortaleza (CE), com 98 famílias e a presença de D. Aloisio Lorscheider, cardeal-arcebispo de Fortaleza. D. Manuel Edmilson da Cruz, bispo auxiliar, D. Guido Casullo, bispo de Cândido Mendes (MA) e do padre casado e historiador Eduardo Hoornaert. Temário: identidade e missão do padre casado e de sua esposa na Igreja e no mundo, sob os aspectos familiar, pastoral e teológico. Em 1984 realizou-se o VI Encontro, em Volta Redonda (RJ), onde

estiveram 63 famílias, o bispo casado argentino Jerónimo Podestá e Clélia, sua esposa, D. Valdir Calheiros, bispo de Volta Redonda e o Pe. Mário Rivolti. O tema foi "A missão profética do padre casado e sua família".

DADOS ESTATÍSTICOS

Ninguém sabe ao certo o número dos padres que deixaram o clero. Afirma-se que no mundo eles estariam atualmente entre 80 e 100 mil. A Santa Sé não libera os dados a respeito e, como o avestruz, se nega a encarar o problema. No Brasil calcula-se que estão em torno de 4 mil, o que representaria cerca de 1/3 do clero nacional. Pesquisas feitas por carta pelo informativo **Rumos em 420 instituições** (dioceses, ordens religiosas, mosteiros, abadias) obtiveram apenas 7% de respostas. O MPC relaciona os endereços e dispõe atualmente de um catálogo com 1.340 endereços, número que cresce a cada dia.

ALGUMAS CARACTERÍSTICAS

O MPC não pretende abranger todas as tendências e linhas de pensamento existentes entre os padres casados. É apenas uma entre as possíveis associações da classe. Deseja, porém, o quanto possível, ser amplo e pluralista para dialogar e conviver com todas as teorias e práticas de vida e de atividades. O nome "movimento", por si, parece adequado por não conotar disputa de poder, institucionalização ou posição fechada.

Já desde as primeiras reuniões foram se cristalizando alguns objetivos que definem o caráter do MPC, confirmado nos Encontros; 1. acolhimento e mútuo apoio entre as famílias dos pais casados; 2. diálogo com a hierarquia e pressão em favor de uma Igreja mais aberta; 3. atuação nas comunida-

mos contra a atitude intransigente do Papa João Paulo II que vem se negando a atender aos pedidos de dispensa dos votos para o casamento religioso dos que deixam o clero. Além de negar a seus irmãos e colaboradores o direito ao casamento, o Papa ainda se recusou a receber os padres casados euro-

tão tidos como inabaláveis. No Século XVI, o protesto de Lutero (agora já reabilitado pelo próprio Vaticano) contra o autoritarismo e o dogmatismo da igreja teve pronta resposta: o Concílio de Trento (1545/1563), com a Contra-Reforma e o incentivo à Inquisição. Hoje os estudos teológicos não oficiais são

PUBLICAÇÕES DO CEDI

Poesia Profeta Magia (Rubem Alves)	Cz\$ 20,00
Creio na Ressurreição do Corpo (Rubem Alves)	Cz\$ 20,00
Poesias do Araguaia	Cz\$ 20,00
Batismo Eucaristia Ministério	Cz\$ 15,00
Varal de lembranças (Histórias da Rocinha)	Cz\$ 30,00
Discussão sobre a Igreja (Zwingli M. Dias)	Cz\$ 15,00
Salvação Hoje (Mortimer Arias)	Cz\$ 15,00
Liberdade e Fé (R. Alves e outros)	Cz\$ 15,00
Profeta da Unidade (João Andrade Ferreira)	Cz\$ 15,00
Celebração da Vida (John Poulton)	Cz\$ 15,00
Missão e Evangelização suplemento 28	Cz\$ 15,00
Missão e Evangelização:	
Uma afirmação ecumênica (CMI)	Cz\$ 10,00
Imagens da Vida (esponho)	Cz\$ 10,00
Protestantismo e Política - suplemento 29	Cz\$ 10,00
Ideologia e Fé (André Thomas)	Cz\$ 10,00
Estudos Bíblicos de um Lavrador	Cz\$ 10,00
Chamados a dar testemunho hoje	Cz\$ 10,00
Jesus Cristo a Vida do Mundo	Cz\$ 25,00
Missa da Terra sem Mal	Cz\$ 50,00
De Dentro do Furacão (Richard Shaull)	Cz\$ 30,00
O Vaticano e o Governo Reagan (Ana Maria Fecural)	
(CDHAI)	Cz\$ 30,00

CADERNOS DO CEDI

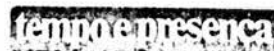
7 — União de comunidade e nada, juntando e um canavial	Cz\$ 20,00
8 — Igreja: Desenvolvimento e Participação Popular	Cz\$ 20,00
9 — Deus e a realidade pequenina	Cz\$ 20,00
10 — Raízes e frutos da fé	Cz\$ 20,00
12 — A Assembleia do Conselho Mundial de Igrejas	Cz\$ 20,00
13 — Afirmar e Enfrentar Contos	Cz\$ 20,00

LEVANTAMENTO POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Volume 4 — Indígenas	Cz\$ 35,00
Volume 5 — América Norte do Paraná	Cz\$ 55,00

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI —
(Av. Higienópolis, 983, CEP 01238 — São Paulo — SP)

Assine



Revista Mensal Tempo e Presença

Assinatura anual:

Cz\$ 50,00 ☐

América Latina: US\$30
América do Norte: US\$30
Europa, África e Ásia: US\$45

Boletim Semanal Aconteceu

Assinatura anual:

Cz\$ 30,00 ☐

América Latina: US\$10
América do Norte: US\$10
Europa, África e Ásia: US\$15

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____
Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI —
Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av.
Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

ACONTECEU ESPECIAL

Trabalhadores rurais 1980	Cz\$ 10,00
Trabalhadores urbanos 1980	Cz\$ 10,00
Trabalhador urbano 1981	Cz\$ 10,00
Trabalhador rural 1981	Cz\$ 10,00
Fiat 1981	Cz\$ 10,00
Povos Indígenas no Brasil 81	Cz\$ 15,00
Povos Indígenas no Brasil 82	Cz\$ 15,00
Povos Indígenas no Brasil 83	Cz\$ 15,00
Povos Indígenas no Brasil 84	Cz\$ 15,00

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI —
(Av. Higienópolis, 983, CEP 01238 — São Paulo — SP)

zendo valer o fundamento bíblico neotestamentário do sacerdócio universal do povo de Deus (Ex 19,6; 1P 2, 5-9; Ap 1,6; 5,10; 20,6).

"Quanto ao celibato como disciplina, o MPC por si mesmo já prova sua impossibilidade", dizia em Salvador Rogério Ataíde. Protestamos contra sua obrigatoriedade, defendendo o celibato facultativo, o direito de opção livre, voluntário e consciente. Protesta-

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI —
Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av.
Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

Encontro Nacional de Direitos Humanos debate sua organização e Constituinte

Dermi Azevedo

Com a participação de 182 delegados, representando 97 centros, comissões e outros organismos de direitos humanos, além de 67 convidados, realizou-se em Olinda, Pernambuco, de 22 a 26 de janeiro passado, o 4.º Encontro Nacional do Movimento de Direitos Humanos, uma articulação não governamental iniciada em 1982, em Petrópolis, RJ, por iniciativa de um grupo de entidades ligadas às Igrejas Cristãs, com apoio do teólogo franciscano Leonardo Boff e de leigos. O encontro deste ano esteve centralizado na organização do movimento e na discussão dos direitos humanos na nova Constituição brasileira, a ser redigida a partir de

quais uma de assuntos jurídicos e outra administrativa.

D. HÉLDER

Na abertura do encontro, dia 22 de janeiro, o antigo arcebispo de Olinda e Recife, d.Hélder Câmara, afirmou que "se torna cada vez mais urgente que haja pessoas firmemente decididas a levar à prática os direitos humanos, em todos os níveis, proclamando que todos os homens têm direito à vida, à liberdade e à segurança profissional". Denunciou, nesse contexto, "as campanhas oriundas do Primeiro Mundo para reduzir, custe o que custar, a natalidade na América Latina, Ásia e África". Referindo-se à Constituinte no Brasil, defendeu "uma palavra clara, na nova Constituição, sobre as obrigações sociais ligadas ao direito de propriedade". Por último, afirmou que, se não houver Reforma Agrária agora no Brasil, "estará sendo perdida a última oportunidade para que o problema da terra seja resolvido pacificamente no país" e que "o governo não tem o direito de abusar da paciência do povo".

PRINCÍPIOS

Outra decisão importante do encontro foi a aprovação da 'Carta de Princípios do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos', afirmando que "a caminhada pelos direitos humanos é a própria luta do nosso povo oprimido, através de um processo histórico que se inicia durante a colonização e que continua hoje, na busca de uma sociedade justa, livre, igualitária, culturalmente diferenciada e sem classes" e enfatizando que "os direitos humanos são, fundamentalmente, os direitos das maiores exploradas e das minorias espoliadas, cultural, social e economicamente, a partir da visão mesma destas categorias".

A partir desta definição, o Movimento fixou os seguintes objetivos, como questões de princípio: "1. Estimular a organização do povo, para que se conscientize da sua situação de opressão, descubra formas para conquistar e fazer valer seus direitos e para se defender das violências e arbitrariedades, promovendo, em todos os níveis, uma educação social e política para os direitos humanos" de modo que este

esforço possibilite que "o homem torne-se, cada vez mais, sujeito da transformação das atuais estruturas; 2. Lutar, com firmeza, para garantir a plena vigência dos direitos humanos, em qualquer circunstância, defendendo a punição dos responsáveis pelas violações desses direitos e a justa reparação para as vítimas; 3. Incentivar e garantir a autonomia dos movimentos populares, ultrapassando os interesses institucionais, partidários e religiosos, considerando a pluralidade de opinião e reafirmando a opção fundamental, que é compromisso com os oprimidos; 4. Ter claro o seu papel, suas limitações e potencialidades, sua identidade, repudiando qualquer forma de instrumentalização e se caracterizando



D. Hélder Câmara participou da abertura do encontro de Olinda

1987. Com exceção do estado de Rondônia, todos os demais estados estiveram representados nos debates.

Do primeiro encontro, há quatro anos, participaram 35 entidades. Diante do crescimento da articulação, os responsáveis pelo movimento sentiram a necessidade de promover uma melhor organização do trabalho, reforçando os regionais — Norte 1 e 2, Nordeste, Leste 1 e 2, Sul 1 e 2 e Centro-Oeste — e discutindo o estabelecimento de uma comissão nacional, eleita diretamente em Olinda, com mandato de dois anos, com sede inicial em Goiânia, Goiás, onde será também realizado o próximo encontro, em 1988. A nível inter-regional, está programado um encontro para 1987, em Minas Gerais. Outra importante decisão organizativa foi a de criar secretarias de apoio à comissão nacional, entre as



Agricultor fala aos militantes de direitos humanos. No centro dos debates, a organização do movimento nacional

como uma entidade não governamental; 5. Combater todas as formas de discriminação por confissão religiosa, diversidade étnico-cultural, opinião política, sexo, cor, idade, deficiência física e/ou mental, condição econômica e ideologia".

CONSTITUINTE

Os participantes do encontro decidiram, por outra parte, fazer todos os esforços para que as reivindicações dos movimentos populares sejam consideradas na nova Constituição. Para isto, intensificarão os debates sobre o caráter, alcances e limitações do Congresso Constituinte, apoiarão o Plenário Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte e apoiarão candidatos, dos vários partidos com propostas mais abertas para o povo, que se disponham a uma atuação popular em Brasília. Foram apresentadas, nos de-

bates, as mais diversas e criativas experiências em torno da Constituinte, em todas as regiões brasileiras.

Quanto à questão da terra, na nova Carta, os militantes de direitos humanos propõem que sejam considerados temas como a função social da propriedade, a limitação do acesso à terra, no Brasil, para estrangeiros e transnacionais, a definição dos módulos máximos para a posse da terra rural e urbana, confisco de áreas, estatização dos cartórios, criação da Justiça Agrária, ampliação do instrumento jurídico do usucapião, tributação progressiva sobre áreas urbanas vazias, e, em síntese, a recuperação do sentido pleno da função social da propriedade, dentro de um processo de Reforma Agrária sob o controle dos trabalhadores.

BASTIDORES

Um balanço crítico do 4º Encontro indica uma série de elementos motivadores de reflexão, acompanhando seja o avanço dessa articulação nacional, seja as mudanças conjunturais. O Movimento cresceu e continua crescendo. Com isto, vai lentamente saindo do guarda-chuva da Igreja Católica, onde nasceu e se transfere para o universo, mais leigo e menos conotado com as instituições eclesiais, da sociedade civil brasileira como um todo. Cresce, também consequentemente, a luta pela hegemonia, somando-se interesses partidários, grupais e até mesmo etnocêntricos. Aparentemente, a liderança do Movimento ainda não discutiu (inclusive porque não houve, por enquanto, iniciativas que provoquem a discussão) como será absorvida, nessa articulação, a demanda de filiação de entidades defensoras dos direitos humanos, por exemplo, dos homossexuais ou de outras minorias oprimidas na sociedade e contempladas na Carta de Princípios, item 5.

Por outra parte, ao contrário do encontro anterior, neste não houve a presença de nenhum bispo católico titular. Nem mesmo o novo arcebispo de Olinda e Recife, d. José Cardoso Sobrinho, compareceu para dar boas vindas aos militantes.

Nascido de baixo para cima, o Movimento é uma realidade em constante crescimento e mudança, representando um espaço fundamental para a troca de experiência das pessoas, grupos e entidades que lutam pelos direitos humanos no Brasil. E este encontro foi encerrado com vários apelos à unidade para facilitar o processo de transição interna e o enfrentamento dos problemas cada vez mais graves em todos os setores ligados aos direitos fundamentais dos empobrecidos no Brasil.

Reforma agrária e autonomia dos trabalhadores

José Roberto Pereira Novaes

A PROPOSTA DE REFORMA AGRÁRIA: DUAS RAZÕES

A medida que no âmbito do INCRA e MIRAD foi elaborada a proposta de reforma agrária, que seria discutida pela sociedade civil, o Presidente Sarney afirmava, enfaticamente em seus pronunciamentos, que seu governo a implementaria.

A reforma agrária consolidaria a formação de uma base social de apoio para o governo, aumentando sua credibilidade diante da sociedade à medida que necessitava cumprir os compromissos assumidos pela Aliança Democrática, tanto na campanha das eleições diretas para presidente, quanto na campanha para a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral. A reforma agrária, no feixe destes compromissos, além de causar grande impacto social e político, era tida como a mais viável de ser realizada a curto prazo, quando colocada diante da renegociação da dívida externa e da consolidação da democracia, pois estas duas questões, para serem implementadas, implicavam em complexo jogo político nas relações com os banqueiros internacionais e na desinstitucionalização dos entulhos autoritários, impostos pelo regime militar.

Além desta importância política, a realização da reforma agrária representava, para certos setores da sociedade, a possibilidade concreta de correção das distorções ocasionadas pelo modelo de desenvolvimento agrícola implantado pelos militares. Estas distorções, expressas nos mercados de trabalho e produto, eram tidas como geradoras de tensão social.

Com a implantação da reforma agrária seria possível conter e mesmo reverter o fluxo migratório campo/cidade, reduzindo a massa de trabalhadores acotovelada nas periferias das cidades, sem perspectiva de emprego, tida como responsável pelo agravamento das tensões sociais. Por outro lado, a reforma agrária permitiria efetuar as devidas correções no campo da política agrícola, estimulando o aumento na oferta de gêneros alimen-

tícios básicos para a população, reduzindo os efeitos de escassez destes produtos no mercado.

Para alcançar estes objetivos foi lançada, no IV Congresso dos Trabalhadores Rurais — maio de 1985 — a proposta de reforma agrária do Governo da Nova República, causando grande impacto na sociedade civil e imediato posicionamento da classe patronal e dos trabalhadores.

Neste texto, ainda que de forma preliminar, pretendemos analisar as diferentes reações dos trabalhadores e dos patrões, com o intuito de repensar a forma pela qual se construiu a base de sustentação política para implementação da reforma agrária no Governo da Nova República e os reflexos deste processo na construção da autonomia e independência da organização dos trabalhadores.

OS PATRÕES E A REFORMA AGRÁRIA

A identificação da proposta de reforma agrária com a desapropriação da terra provou forte reação de uma fração da classe patronal. Essa fração, alegando que a reforma proposta pelo Governo era geradora e estimuladora de conflitos, recorreu ao armamento de suas milícias privadas para proteção de suas propriedades; à ameaça física aos técnicos e funcionários do INCRA e MIRAD, à difamação dos referidos profissionais, acusando-os de incompetentes tecnicamente e comprometidos ideologicamente com o comunismo internacional.

À medida em que se geravam estas ações violentas, articulava-se, a nível nacional, a realização de um congresso da classe para se posicionar oficialmente diante da proposta de reforma agrária. No fundamental, estes proprietários de terra não se diziam contrários à realização da reforma, mas sim, àquela que o Governo estava pretendendo implementar. Eram contrários, portanto, à reforma agrária que priorizasse a desapropriação de terra e, favoráveis aquela cuja execução priorizasse a política agrícola, à tributação progressiva das terras improdutivas e à colonização. Para este segmento, a aplicação da reforma agrária

nos moldes que defendiam, também corrigiria as distorções apontadas sem que houvesse necessidade de desapropriação de terra.

Outros setores da classe dominante, representado pelos industriais e banqueiros emitiam através de suas organizações de classe, notas cujos posicionamentos eram favoráveis à reforma agrária. Uma das razões encontradas para justificar o referido apoio poderia estar nas causas econômicas. Na essência, a reforma agrária proposta pelo Governo implicava no aumento da produtividade física da terra e do trabalho, requerendo, portanto, grandes quantidades de produtos industrializados, constituintes da base da modernização da agricultura.

Outra razão que poderia justificar este apoio está relacionada à redução da tensão social que a reforma agrária ocasionaria, provocando o descongestionamento das grandes cidades e evitando, com o agravamento da crise social, maiores transtornos para as classes dominantes.

Pela ótica política também poderíamos encontrar razões que justificassem o apoio destes setores à reforma agrária. Uma reforma agrária desencadeada pelo Estado resgataria das mãos dos trabalhadores a iniciativa da sua condução política subordinando-os à dinâmica do Estado e abrindo campo para maiores ações populistas.

Apesar de todas estas razões, o apoio deste setor à sustentação política da reforma agrária foi limitado e marginal. Como entender as contradições entre as fortes razões apresentadas e o apoio limitado dado por estes

setores à sustentação da proposta de reforma agrária do Governo?

As razões deste apoio marginal podem ser entendidas nas próprias questões econômicas, sociais e políticas pelo fato delas não serem alcançadas exclusivamente por uma reforma agrária identificada, com a desapropriação, nos moldes apresentados pela proposta do Governo. Seria possível contemplá-las com uma reforma agrária menos abrangente que não provocasse profundas rupturas entre as frações dominantes alojadas no bloco do poder.

O conteúdo da proposta de reforma agrária apresentado inviabilizou o maior engajamento destas frações. Era uma reforma agrária abrangente quando priorizava sua intervenção em áreas de conflitos de terra, de grande incidência de latifúndio / minifúndio, próximas às cidades em processo de expansão urbana, próximas de açudes e barragens, dotadas de infra-estrutura de produção e comercialização, além da sua intervenção em terras inexploradas que não estivesse cumprindo sua função social.

A proposta de reforma agrária além de intervenção nestas áreas, criando o setor reformado, fixava prazo para o recolhimento dos impostos relacionados ao ITR, burlado sistematicamente pelos grandes proprietários de terra, como também punia os proprietários que não estivessem cumprindo a legislação trabalhista no campo. Os envolvidos nestas irregularidades seriam punidos através de cortes dos incentivos governamentais.

Com a implantação desta reforma

agrária dificilmente o capitalista que investira em terras não receberia um tipo de punição. Como todas as frações da burguesia, aproveitando-se dos incentivos governamentais, investiram em terras, mantendo-as improdutivas, na expectativa de sua rápida valorização, estariam sujeitas àquelas penalidades, portanto, sem maiores interesses na implementação da reforma agrária proposta. Desta forma, como se poderia pensar em isolar o latifundiário contando com o apoio de outras forças burguesas?

A inserção destes setores na campanha de reforma agrária, assim como foi também a dos políticos (parlamentares e governadores estaduais), se deu basicamente através das grandes concentrações nas quais compareciam em busca de dividendos políticos.

OS TRABALHADORES E A REFORMA AGRÁRIA

No seio da classe trabalhadora ocorreram também reações diferenciadas à proposta de reforma agrária do Governo da Nova República, decorrentes das diferentes concepções de processos de transformação econômica, social e política da sociedade brasileira. No âmbito deste trabalho estas concepções diferenciadas serão as referências para o enquadramento de instituições em dois grandes blocos, construídos a partir de algumas identidades.

O primeiro bloco está composto basicamente pela CONCLAT, PMDB, partidos comunistas (PC e PC do B) e outras forças de menor peso. Estes setores atribuem ao Governo da Nova República o caráter de transição do autoritarismo para a democracia. Admitem que na Nova República os setores progressistas conquistaram importantes espaços no interior do Estado, passando a ser uma força nova a conviver com os representantes de diversas frações da classe dominante. Na concepção dos militantes deste bloco, uma das questões básicas para a viabilização do reordenamento da economia, da ampliação da democracia e da realização da reforma agrária consiste na expansão destas forças progressistas. Na prática, a ampliação deste espaço se daria por dois caminhos: 1º pela articulação política destes setores com os setores mais avançados da burguesia "progressista" na tentativa de isolar socialmente os setores mais reacionários. Desta forma, a sustentação política das conquistas sociais seria dada pela construção de um arco de aliança de classe; 2º pela compreensão da classe trabalhadora quanto ao



Com a Reforma Agrária, o Governo tenta formar uma base social de apoio político...

caráter da Nova República, não colocando suas reivindicações além dos limites constituídos pelo programa de expansão econômica estabelecido pelo Governo. Costura-se assim o **pacto social**, alegando que qualquer atitude que extrapole estes limites se defronta com o risco do retrocesso político, com a possível **desestabilização** do Governo. A proposta de reforma agrária provocou grande entusiasmo dos militantes alinhados neste bloco. O entusiasmo dos dirigentes da CONTAG e da maioria dos dirigentes de federações justificava-se em parte pela inclusão de um conjunto de reivindicações dos trabalhadores na proposta do Governo. Mesmo apoiando esta proposta, os dirigentes sindicais apontavam para sua grande limitação diante da realidade social dos trabalhadores rurais.

Para preservar as reivindicações dos trabalhadores na proposta do Governo ou mesmo para ampliá-las, tornou-se necessário socializar a bandeira da reforma agrária, construindo o apoio político em amplos segmentos sociais para sua implantação. As manifestações de apoio à reforma agrária não deveriam extrapolar certos limites que ameaçassem a condução política do processo pelo Governo. Portanto, as pressões sociais foram realizadas através de atos e debates públicos, com a participação de diferentes instituições.

Qualquer outra forma de ação que implicasse em risco na perda do controle por parte do Governo, não era estimulada por representantes destes setores. Atitudes como invasões de terras, acampamentos, pressões sobre os técnicos lotados nos órgãos regionais de reforma agrária eram desestimuladas com o pretexto de estarem fornecendo os elementos que justificariam uma ação desestabilizadora pelos grupos reacionários.

A sustentação política da reforma agrária estaria dada pelos amplos segmentos da sociedade, composto fundamentalmente por políticos, parlamentares e governadores estaduais, representantes de frações da classe dominante e dos trabalhadores.

O segundo bloco é composto fundamentalmente pelo Partido dos Trabalhadores, CUT, CPT e Movimento dos Sem Terra. Estes setores concebem a Nova República como um governo de transição política no sentido de readequação da sua estrutura capitalista para o enfrentamento de novas contradições colocadas pela crise do capitalismo a nível internacional e pela ascensão das lutas sociais. Visto deste ân-



... mas as reivindicações dos trabalhadores apenas parcialmente são atendidas no projeto final.

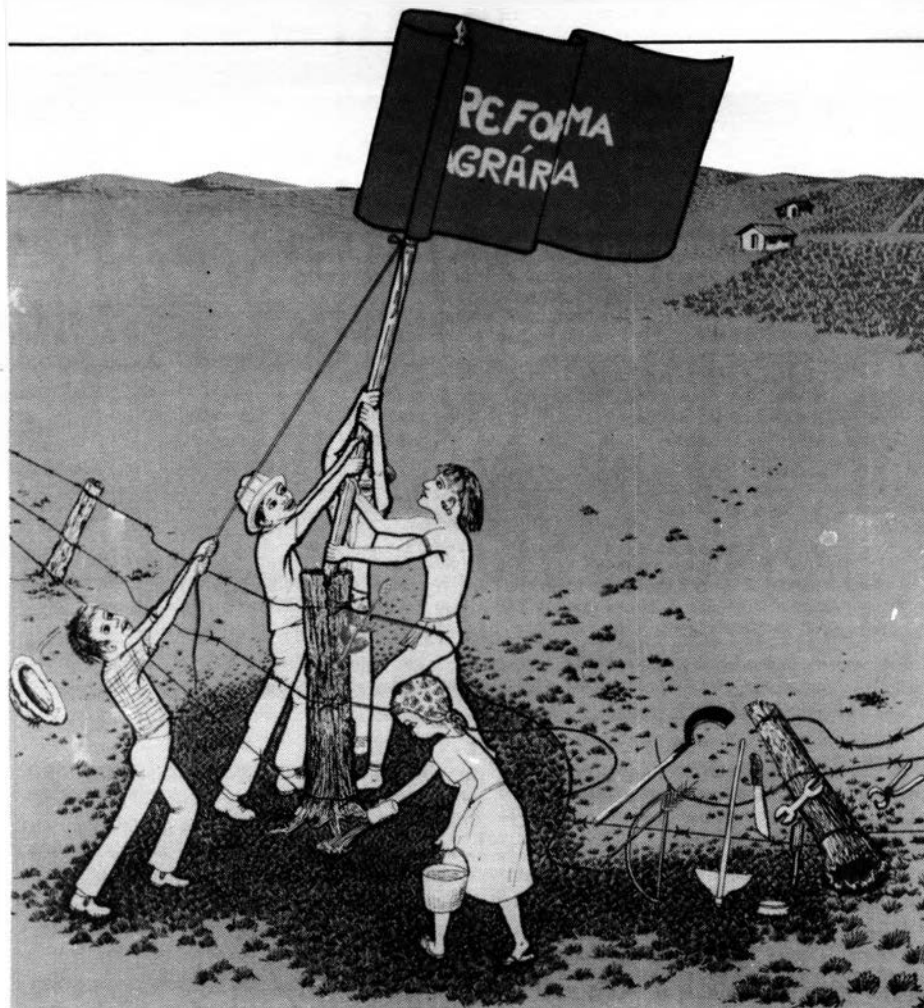
gulo, o caráter de transição da Nova República implica na sua essência, em deslocamento de frações burguesas no centro do poder para propiciar a expansão da economia capitalista, evitando a recessão e o agravamento das crises sociais, sem mudanças estruturais.

Esta concepção de transição coloca que o avanço da democracia e a participação efetiva dos trabalhadores no centro do poder será conquistada pela maior organização política da classe, que se concretiza na sua postura independente e autônoma nos enfrentamentos cotidianos.

Esta forma de interpretar a transição traz consequências imediatas à proposta de consolidação do pacto social lançado pela Nova República, que tem na sua essência a necessidade de enquadramento das reivindicações dos trabalhadores em limites pré-determinados. Traz, também, consequências na articulação política dos trabalhadores com outras forças sociais, pois inviabiliza a formação da aliança de classes, onde setores progressistas da burguesia e trabalhadores irmanados pudessem assegurar a transição para a democracia.

Na questão da reforma agrária, os representantes deste bloco colocam, conforme resolução do IV Congresso, a necessidade de que a mesma seja massiva, imediata, ampla e sob o controle dos trabalhadores. Neste sentido, a proposta de reforma agrária do Governo, como vimos, não permite este espaço para as reivindicações e organização dos trabalhadores.

A sustentação destes princípios para a execução da reforma agrária requer que a iniciativa e a condução do processo seja determinada, pelos trabalhadores, sem enquadramentos e limites estabelecidos pelo Governo. Suas ações apontavam para invasão de terra, acampamentos e passeatas nas grandes cidades para pressionarem técnicos do INCRA e MIRAD das agências regionais e os próprios governadores estaduais. Esta iniciativa, ao ser colocada em prática, não obteve a adesão prevista, pois as invasões e os acampamentos não conseguiram sensibilizar parte significativa dos trabalhadores. Os elementos responsáveis pela inviabilização desta iniciativa foram as milícias privadas e o próprio posicionamento da CONTAG e das federações sindicais, instituições de grande legitimidade no seio dos trabalhadores rurais, que não deram inicialmente o apoio necessário para a concretização destas práticas, pois julgavam que a organização dos trabalhadores era insuficiente para o desencadeamento de um confronto direto com os proprietários de terra. Acreditavam, por outro lado, que o leque de forças progressistas deveria ser ampliado para dar sustentação política necessária para o Governo realizar a reforma agrária, preservando pontos importantes das reivindicações dos trabalhadores. Neste contexto as instituições deste bloco também ficaram na expectativa da programação do Governo, sem condições políticas de desencadeamento de ações que viessem fortalecer a condução política do processo pelos trabalhadores.



A AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA* AOS TRABALHADORES

O posicionamento dos trabalhadores diante da proposta de reforma agrária nos permite algumas reflexões sobre a construção da base de apoio político para sua implantação e o fortalecimento de sua organização autônoma e independente.

Os patrões apresentaram comportamentos diferenciados diante da questão da reforma agrária, ora eram violentos, ora apoiavam, sem comprometimento, sua implantação. No fundamental, a burguesia não se comprometeu com a proposta de reforma agrária pois sua abrangência penalizava, de forma direta ou indireta, grande parte do capital agrário. Tinha também a convicção de que os desequilíbrios nos mercados de produtos e trabalho seriam reduzidos com a implantação de uma reforma agrária não identificada com a ampla desapropriação.

Por outro lado, os trabalhadores construíram (de forma diferenciada) as bases de sustentação política para garantir a permanência de suas reivindicações no Plano de Reforma Agrária. Os segmentos que defendiam a formação de um arco de aliança de classe

como a base de sustentação política da proposta de reforma agrária, em virtude de visualizarem coincidências de interesses de setores da burguesia com o dos trabalhadores e das possibilidades do isolamento dos setores burgueses mais reacionários (latifundiários), não conseguiram exercer pressões reais sobre o governo. Também outros segmentos dos trabalhadores que defendiam uma ação mais independente e autônoma não conseguiram desdobramentos mais amplos de suas ações, mantendo-as em limites restritos.

Como os trabalhadores, de uma forma ou de outra, não conseguiram manter suas reivindicações, contempladas parcialmente na proposta de reforma agrária, no plano definitivo, torna-se evidente sua frustração e, conseqüentemente, o maior desgaste político do governo da Nova República. Desgastaram-se também as concepções que pautaram a ação política de importantes segmentos dos trabalhadores fundamentados na aliança de classe, pacto social e o caráter de transição para a democracia da Nova República.

À medida em que intensifica este desgaste, fortalece-se, por outro lado, a

concepção da construção autônoma e independente das organizações dos trabalhadores. Neste campo abre-se um leque de problemas que dificultam esta construção:

— O primeiro é representado pelo próprio governo. À medida em que o governo da Nova República não consegue implantar mudanças estruturais na economia e perde gradativamente seu apoio popular, começa a desenvolver, de forma mais agressiva, projetos de cunho social, cuja ação fundamental privilegia áreas de abastecimento e trabalhos comunitários. Respalado pelo suporte financeiro e pelo apoio incondicional dado por alguns partidos políticos e por setores da hierarquia da Igreja Católica, estas ações poderão interferir nos trabalhos de organização independente desenvolvidos por lideranças autênticas do movimento popular, reabrindo espaços para a prática populista.

— As práticas desenvolvidas por alguns partidos políticos, principalmente os intitulados de comunistas, que preservando os princípios das articulações políticas com as frações dominantes, visando ampliação de seus espaços políticos, têm comprometido a organização autônoma e independente dos trabalhadores.

— A prática organizativa de outros partidos ou tendências políticas no sentido de provocar o atrelamento do movimento dos trabalhadores às suas posições dogmáticas, constitui em outro obstáculo.

— Setores da Igreja Católica que apesar de terem contribuído de forma eficaz para a organização dos trabalhadores encontram agora dificuldades de construir a autonomia e independência dos trabalhadores, subordinando suas ações à do padre e agentes pastorais.

— O descomprometimento de muitos dirigentes sindicais com as lutas dos trabalhadores rurais tem tornado alguns sindicatos, sérios empecilhos à organização independente da classe.

Na superação destas contradições, os trabalhadores marcham para a construção da sua organização autônoma e independente, fator fundamental para a implementação das reais transformações econômicas, sociais e políticas da sociedade brasileira e da consolidação da democracia.

José Roberto Pereira Novaes é professor da Universidade Federal da Paraíba e membro da equipe do Programa Movimento Camponês e Igrejas, do CEDI

As Igrejas e a situação na Bolívia

As igrejas e a dramática situação da Bolívia é o tema desta entrevista de Jether Pereira Ramalho com o bispo metodista boliviano Rolando Villegas, que visitou recentemente o Brasil. O bispo fala também das acusações à sua igreja, comprometida com os empobrecidos.

O que mudou na Bolívia com o governo de Paz Estenssoro?

RV — Houve mudanças na ordem política e econômica, com gravíssimas consequências para o país.

A Nova Política Econômica (NPE) instituída pelo governo do Presidente Víctor Paz Estenssoro, mediante a promulgação do Decreto nº 21060 de 29 de agosto de 1985, é um instrumento

político baseado em um capitalismo neoliberal.

O que não mudou foi a "democracia formal". Isto, para a Bolívia que vive uma permanente convulsão social, é "algo". Estas mudanças se devem à profunda crise econômica que nos legaram os dezoito anos de ditaduras militares e também ao agravamento da crise pelo governo da União Democrática e Popular do ex-presidente Hernán Siles Suazo.

No campo econômico:

- A implantação do mercado regulado pela demanda e oferta, medida que contraria frontalmente a nossa incipiente indústria nacional.

- Eliminação de impostos alfandegários tanto para a importação como

para a "exportação". Em relação à primeira, tudo quanto se consome é importado. Exportar é impossível devido à desproteção da indústria nacional, já que não estamos em condições de competir com a indústria dos países vizinhos. Dessa contradição resulta que o importado é barato e o nacional, caro.

- A livre contratação. Sujeita à livre vontade da empresa privada, tanto para contratar pessoal como para despedir os operários. Este fato está ocasionando o desemprego e subemprego de milhares de pessoas devido ao fechamento de fábricas e à desproteção jurídica aos empregados.

- A descentralização das empresas nacionais que eram administradas pelo Estado e que passam a ser administradas pelas corporações principais dos Departamentos do interior (Santa Cruz, Cochabamba, Sucre). São elas: a Corporação Mineira da Bolívia (COMIBOL) e a Corporação Boliviana de Fomento (CBF). Essas medidas, lamentavelmente, estão conduzindo o retorno desses bens às empresas privadas e multinacionais.

- Os salários congelados. Neste final de ano congelaram-se os salários mas não os preços dos artigos de consumo. Por exemplo: a gasolina subiu 500%, o gás líquido (bujão de 10 quilos), 700%. Um operário precisa de \$b. 1.000.000 por dia apenas para o pão. Seu salário médio é de \$b. 27.000.000

Finalmente, a economia se acha dominada e sustentada por uma máfia à margem da Lei: tráfico de drogas, contrabando e especulação com dólares.

Na área política:

O Colégio Nacional de Economistas afirma: "a NPE é favorável aos grandes empresários e desfavorável à classe trabalhadora" (Presencia 7.9.85). A Associação Nacional de Jornalistas acrescenta: "Nossos recursos naturais, humanos, nossa incipiente capacidade industrial e ainda a nossa soberania nacional estão sem fronteiras".

Qual a posição da COB (Central Operária Boliviana) diante da crise?

RV — A Central Operária Boliviana impugnou a legalidade constitucional do Decreto S. nº 21060. Qualificou essa medida de atentatória e lesiva à



classe trabalhadora e ao povo, por ser fundomonetarista (FMI).

O presidente recebeu congratulações de seu colega norte-americano por haver imposto medidas econômicas que este aprova; por outro lado, recebeu a total rejeição da COB, dos profissionais, camponeses e outros setores.

Não nos devemos esquecer de que este modelo neoliberal já fracassou no Chile e em outros países da América Latina, por não corresponder à realidade histórica do nosso continente.

Como as Igrejas estão se colocando frente ao decreto do Estado de Emergência?

RV — Tanto a Igreja Católica quanto a Metodista manifestaram o seu total desacordo e repulsa ao estado de sítio decretado por Estenssoro. A primeira, por meio de seus bispos, denunciou as violações cometidas contra os Direitos Humanos e questionou as medidas econômicas. A Metodista enviou uma carta aberta ao presidente, lamentando os acontecimentos político-econômicos que culminaram com o estado

de sítio e exortando-o a cessar as ações de violência contra a dignidade humana.

Tem havido, no momento, certas acusações à Igreja Metodista. Como interpretar esse fato?

RV — As acusações à Igreja Metodista consistem numa corrente de rumores e calúnias com que se pretende incriminá-la de ser "apoio" do Sendero Luminoso do Peru. O matutino "El Mundo" de Santa Cruz (3.10.85) publicou uma notícia na primeira página, denunciando a existência de um vasto plano subversivo no país, vinculado a partidos políticos de esquerda, intelectuais, religiosos e alguns membros metodistas. Por outro lado, com base nessa notícia, a imprensa falada de La Paz se encarregou de propagar a calúnia dando-lhe características sensacionalistas. Creio que essa é uma forma de criar problemas artificiais para conseguir, de algum modo, distrair a atenção do povo dos gravíssimos problemas econômicos e sociais da NPE. Por outra parte, como é conhecido o trabalho

e o compromisso da nossa Igreja com o povo, estão procurando encontrar eco no meio dos metodistas para uma provável cisão ou divisão.

Quais as perspectivas para a Bolívia sair dessa crise que já dura há tantos anos?

RV — Não vejo perspectivas claras para sair desta crise, devido ao complexíssimo panorama político vivido pela Bolívia. A esquerda nada fez para dar uma contribuição coerente às necessidades do povo enquanto esteve na direção da UDP. A divisão dos partidos políticos de esquerda, como a sede de poder da direita, agora no poder, desorientam e frustram as maiorias que não vêem nos partidos políticos alternativas que medianamente solucionem os seus problemas.

Tal como se apresentam as coisas, tudo parece indicar que a direita se estabelecerá por "algum tempo" no poder e, para isso, está se valendo de todos os recursos para legitimar e dar continuidade ao seu modelo político com todos os poderes do Estatuto.

República da Bolívia

Capital — Sucre (legal), La Paz (governo). **Superfície** — 1.098.581 km². **Habitantes** — 6.500.000. **População no ano 2000** — 9.700.000. **Crescimento demográfico anual** — 2,7%. **Densidade** — 6 hb. km². **População urbana** — 33%. Um total de 80% da população concentram-se em menos de 40% do território, no antiplano andino. **Idade até 14 anos (em 1980)** — 43,5%. **De 15 a 64 anos** — 53,3%. **Com mais de 65** — 33%. **Esperança de vida** — 48,6 anos. **Analfabetismo** — 33% (oficial); estimativa de peritos, 60%. **Língua** — espanhol (oficial). Mas 36% falam quechua, 25% o aymara e 2,5% o guarani. **Mortalidade infantil** — 124/1000 nascidos vivos. **Acesso à água potável** — (1977) — 71,6% nas cidades e 13% no campo. **Principais produtos** — Estanho, tungstênio, antimônio, chumbo. **Moeda** — Peso. **Produto Nacional Bruto** — 3.060 M US\$ (1983). **Taxa anual de crescimento** — 6,3% (1984). **Contribuição setorial ao PNB** — agricultura: 17,7%, indústria: 30,5% e serviços: 51,8%. **Renda per capita**: 510 US\$ (1983). **Inflação anual**: 4.000% (julho 84-julho 85).



Taxa de desemprego — 12% (1983). **Dívida externa** — 4.900 M US\$ (1984). **Reservas internacionais** —

140 M US\$ (1984). **Exportação** — 780 M US\$. **Importação** — 430 M US\$ (1983).

CEDI reafirma apoio aos movimentos populares

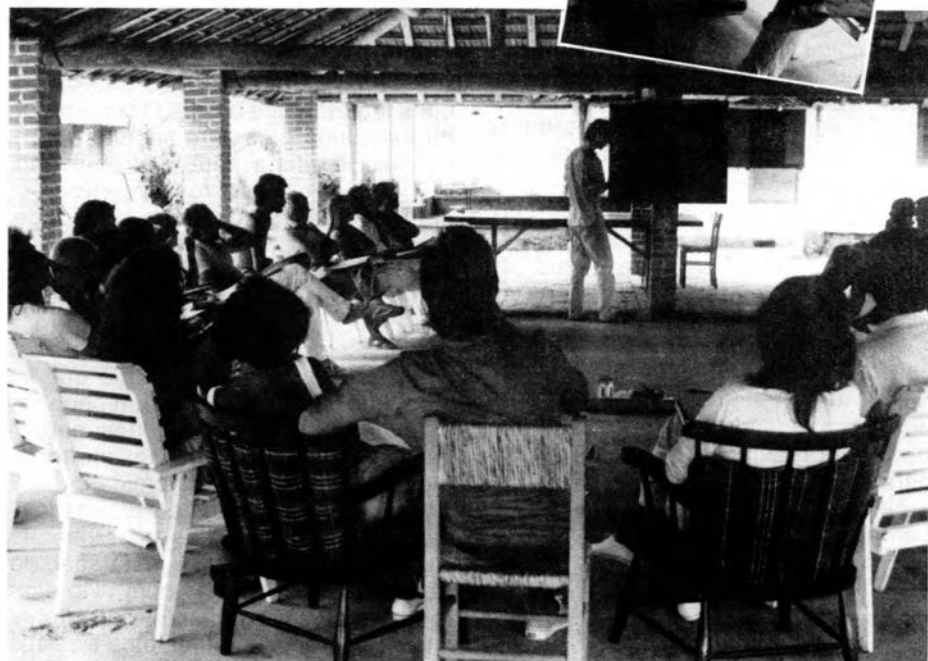
Aprofundar os seus vários programas, prestando serviços aos movimentos populares — numa linha de ampliação do espaço democrático brasileiro e de promoção dos interesses dos trabalhadores — é a principal diretriz para a atuação do CEDI no período 1986/1989, de acordo com decisão adotada na assembléia de janeiro passado, em Itatiaia, RJ. Foram também discutidos e aprovados os “princípios fundamentais da presença do CEDI no processo brasileiro”.

A assembléia reafirmou, de início, a proposta original e histórica da presença do CEDI na intersecção das atividades da pastoral popular e dos movimentos populares, numa perspectiva de prestação de serviços e assessoria a essas práticas, respeitando-as em suas características autônomas. Essa atuação deverá sempre ser feita numa perspectiva ecumênica, fortalecendo o movimento ecumênico e aprofundando seu significado na luta pela justiça.

AUTONOMIA

Outro princípio do CEDI é o de que seu compromisso com os movimentos populares orienta-se no sentido de fortalecê-los como sujeitos políticos autônomos, contribuindo para que não fiquem atrelados ou subordinados a qualquer outra prática ou instituição. Com as Igrejas, o compromisso do CEDI ocorre particularmente com as pastorais populares, na linha da reflexão bíblica e teológica, além da formação de quadros comprometidos com as causas populares, de modo a favorecer a participação eclesial na construção de uma sociedade mais justa.

Trata-se, de acordo com a assembléia, de um trabalho não exclusivo do CEDI, reafirmando-se seu empenho para a articulação de esforços, a nível nacional, entre grupos, instituições e movimentos com os mesmos princípios. Ainda que a atuação específica do CEDI aconteça no Brasil, seus trabalhos têm, também, como referência, uma perspectiva de solidariedade e integração com os povos latino-americanos e,



A partir da análise da atual conjuntura sócio-político-econômica, a assembléia do CEDI definiu suas linhas de trabalho para o próximo triênio.

na atual conjuntura, com os povos centro-americanos.

NOVA DIRETORIA

A assembléia elegeu, por outra parte, a nova diretoria do CEDI para o triênio. É integrada pelo bispo Paulo Ayres Mattos, da Primeira Região Eclesiástica da Igreja Metodista, do Rio de Janeiro (reeleito para a presidência); reverendo Rubem Alves, teólogo e pastor da Igreja Presbiteriana Unida, professor da Unicamp, Campinas, vice-presidente; socióloga católica Heloísa de Souza Martins, eleita também para o Conselho Editorial do CEDI e primeira secretária da instituição; sociólogo El-

ter Dias Maciel, professor da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, segundo secretário; antropóloga Neide Esterce, católica, professora da UFRJ, primeiro tesoureiro; antropólogo católico Carlos Rodrigues Brandão, professor da Unicamp, Campinas, segundo tesoureiro. Para o Conselho Fiscal, foram eleitos Anivaldo Padilha, Beatriz Bibiano e Rubem César Fernandes. E para a secretaria geral foram confirmados o reverendo Zwinglio Motta Dias, da Igreja Presbiteriana Unida, como secretário geral e o antropólogo Carlos Alberto Ricardo, como secretário geral adjunto.

Os Trabalhadores e a Constituinte

(continuação do número anterior)

Movimento dos Sem Terra

Quinta Constituição Brasileira: 1946

A situação da Segunda Guerra Mundial, com o surgimento dos aliados e a luta contra o nazi-fascismo, influiu muito nos destinos do Brasil. A ditadura de Vargas começou a desmoronar, quando, em 1942, surgiu um forte movimento popular, de massas, exigindo que o Brasil entrasse na Guerra ao lado dos aliados. O que acabou acontecendo.

Terminou a Guerra em 1945, os ventos da democracia da Europa atingiram o Brasil também. Afinal, nós tínhamos ido à Europa lutar contra os ditadores fascistas, e ainda continuávamos com um dentro de casa.

Foi só questão de tempo! Getúlio, apavorado, convocou então eleições para presidente, para dezembro de 1945. Mas os militares não esperaram e, em 29 de outubro de 1945, o Gal. Goes Monteiro derrubou Vargas e colocou no poder um juiz do Supremo Tribunal, até as eleições gerais de 2 de dezembro, quando foi eleito o Gal. Dutra, como presidente, e os deputados para fazerem uma nova Constituição.

Nesse meio tempo, foi dada total liberdade para formação de partidos políticos. Surgiram para concorrer às eleições: Partido Social Democrático — PSD, Partido Trabalhista Brasileiro — PTB (os dois fundados por Getúlio), União Democrática Nacional — UDN, Partido Comunista Brasileiro — PCB, Partido Social Progressista — PSP (de Ademar de Barros), Partido Democrata Cristão — PDC, Esquerda Democrática — ED e o Partido Liberal — PL.

Quem fez

Foram eleitos, então, 320 deputados e senadores, para fazerem a nova Lei. Continuaram sem poder votar os analfabetos, soldados e religiosos. Dos eleitos, 173 eram do PSD, o partido dos latifundiários (54%); 85 da UDN, partido dos industriais, banqueiros e classes médias urbanas (26%), 23 do PTB, mais ligado ao populismo de Getúlio, ao peleguismo sindical (7,5%); 15 do PCB (4,7%) e os restantes 24 deputados com os demais pequenos partidos.

Como foi:

Esses deputados se reuniram e durante todo o ano de 1946 discutiram e aprovaram as novas Leis para o País. A nova Constituição ficou pronta em 16 de setembro de 1946.

A quem representava:

Pela própria composição e força dos partidos na Constituinte, nota-se que a nova Constituição representou os interesses da burguesia industrial (UDN) aliados aos interesses dos latifundiários (PDS).

Essa constituição foi considerada a mais legítima que o Brasil teve, porque foi escolhida pelo voto secreto e direto, mas **ilegítima** para os trabalhadores, porque ela não foi procedida por um longo e livre debate na sociedade. Porque os trabalhadores recém-saídos de uma ditadura feroz não tiveram tempo de se organizar. Porque, apesar do voto livre, a força econômica é a que possui maior influência para a escolha dos Deputados. Mesmo que se diga, que por lei, qualquer um pode ser candidato, na verdade todos sabem que só se elege quem tem muito dinheiro e condições econômicas.

Nessa constituição houve, sem dúvida, algumas conquistas mais liberais em relação às outras. A instalação do regime presidencialista com voto direto e secreto, a ampliação da autonomia dos estados e municípios e certas garantias de direitos individuais.

Mas as classes dominantes souberam muito bem defender com unhas e dentes duas coisas que eram fundamentais, naquela época, para os trabalhadores: a primeira foi a manutenção do direito à propriedade da terra. Não passou nenhuma lei de reforma agrária, por mínima que fosse (basta lembrar que nessa época ainda viviam no campo, e portanto dependiam da terra, 70% da população brasileira). E a segunda foi a manutenção da mesma lei sindical, que foi imposta por Getúlio em 1937. Com isso, as classes dominantes mantiveram os sindicatos e a possibilidade de organização da crescente classe operária, ainda ligada, dominada e controlada pelo Estado, ou seja, pelo Governo.



As novas leis do país não abriram espaço para a organização dos trabalhadores. Não abriram espaço para um sindicalismo independente do Estado. Nem para uma Reforma Agrária. Nem para os analfabetos votarem. Nem para a livre organização de partidos políticos. Pelo contrário: a Constituição fortaleceu a dominação política dos grandes proprietários e capitalistas.

Sexta Constituição Brasileira. 1964/1967

O que aconteceu no Brasil entre 1946 e 1964?

A partir do Governo Dutra, começou uma fase de retrocesso do nacionalismo e da formação de empresas estatais. O governo adota uma política clara de apoio à empresa privada e ao capital estrangeiro, principalmente americano. Foi até criada uma comissão mista Brasil-Estados Unidos para estudar um plano de desenvolvimento econômico para o Brasil, na base do "o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil".

Em 1950, por eleições diretas, Getúlio volta ao poder. Mas só se elegeu porque assumiu compromissos com um programa nacionalista. Se desenvolveu então, uma **política de populismo**, para os trabalhadores, fazendo algumas concessões e vendendo a imagem de que o Getúlio era um "bom pai" para os trabalhadores, que tudo resolveria por nós. Enquanto isso, na esfera econômica, havia uma tentativa de juntar os interesses da burguesia nacional com empresas estatais. Foi aí que nasceram a Petrobrás, Siderúrgica Nacional, etc.

Mas a burguesia nacional estava muito mais a fim de uma aliança com o capital estrangeiro, do que com o estado e muito menos com as classes populares. Em 1954, tentaram dar o golpe, mas aí o Getúlio se suicidou. Daí pra diante, os governos que se seguiram (Café Filho, Juscelino e Jânio) foram os patrocinadores da entrada maciça de capital estrangeiro no país.

Contudo, se a indústria se desenvolveu muito nesse período, cresceu também a urbanização do País, e a classe operária aumentou significativamente.

O período que se segue é um contínuo enfrentamento entre dois blocos: de um lado as forças populares tentando se organizar e, juntamente com Goulart, desencadear um processo de mudanças sociais, e de outro, as classes dominantes articuladas pela burguesia nacional com as multinacionais que buscam nas forças armadas o respaldo para o golpe militar de 1964, com a derrubada de Goulart.

Assume o governo, o Marechal Castelo Branco. Suspende a Constituição com o Ato Institucional nº 1, e passa a baixar leis por decretos. De sua vontade. Fecha o Congresso, extingue os partidos, acaba com a liberdade de manifestação e organização. É a repressão total.

Quem fez:

Os partidos anteriores foram extintos e os militares criaram, por decreto, dois novos partidos: a ARENA e o MDB. Os deputados anteriores populares foram cassados. Perderam seus mandatos.

O Congresso, quando foi reaberto, estava completamente controlado pelos militares. Aí, em 1966, o Castelo Branco encomendou ao seu Ministro da Justiça, Carlos Medeiros Silva, uma nova Constituição. Esse projeto foi pro Congresso, que teve 42 dias, entre 12 de dezembro e 24 de janeiro de 1967, para votar. O projeto foi aprovado com 100 emendas.

Como foi

Essa nova Constituição foi aprovada sem nenhuma legitimidade, pois o Congresso não representava a sociedade. Na verdade, ela foi apenas um ajeitamento da lei para que os militares continuassem mandando, fazendo as leis como eles queriam. Tudo continuou igual. Era apenas para não dizerem que o país não tinha Constituição. Era só para dizer que tinha. E mesmo as leis que tinham, davam todo o poder aos militares.

A quem representava:

Os militares representavam os interesses das multinacionais, do grande capital nacional, do imperialismo norte-americano, que temiam que o crescimento das forças populares levasse o país a um regime democrático popular, a um sistema econômico contrário àqueles interesses.

A Emenda Constitucional: 1969

Apesar da Constituição de 1967 ter sido feita pelos militares, mesmo assim não durou muito. Em 13 de dezembro de 1968 deram mais um golpe. Fecharam ainda mais o regime. A partir daí, todas as leis em vigor dependiam da vontade da Junta Militar que se instalou no poder.

Depois, em 17 de outubro de 1969, a Junta Militar baixou a Emenda Consti-

tucional nº 1, que representou uma nova Constituição para o país, feita por eles mesmos.

Depois desse remendo de Constituição, preparada e baixada pelos militares, foi surgindo uma série de leis, que foram sendo baixadas pelos generais que governam e que remetiam ao Congresso para aprovação de acordo com seus interesses.

Hoje, a Constituição é um amontoado de leis, que foram sendo aprovadas desde 1970 até hoje. Algumas unicamente pela vontade dos generais Médici, Geisel e Figueiredo, outras passando pelo Congresso.

Entre as emendas mais famosas, está o pacote de abril, baixado pelo General Geisel, em 1977, que suspendia as eleições diretas para governadores. Depois, em 1979, vieram as Leis de Anistia, a Reforma Eleitoral, a Reforma Partidária, e a última foi a reforma da Lei de Segurança Nacional.

A quem interessava todas essas leis:

Todas essas leis e emendas a partir de 1964 até hoje, sempre foram ditadas visando garantir os interesses da burguesia industrial aliada ao capital estrangeiro e aos latifundiários. No entanto, a maioria das mudanças, para melhor ou para pior, foram sempre mediante a pressão popular.

CADERNOS DO CEDI

7 — Um pé de cana não é nada, juntando é um canavial.....	Cz\$ 35,00
8 — Igrejas/Desenvolvimento e Participação Popular.....	Cz\$ 35,00
9 — Deixai vir a mim os pequeninos.....	Cz\$ 35,00
10 — Roças Comunitárias.....	Cz\$ 35,00
12 — Sexta Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas.....	Cz\$ 35,00
13 — Alfabetização e Primeiras Contas.....	Cz\$ 35,00

LEVANTAMENTO POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Volume 5 — Javari.....	Cz\$ 55,00
Volume 3 — Amapá/Norte do Pará.....	Cz\$ 85,00

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI
(Av. Higienópolis, 983. CEP 01238 — São Paulo — SP)

ACONTECEU ESPECIAL

Trabalhadores rurais 1980.....	Cz\$ 15,00
Trabalhadores urbanos 1980.....	Cz\$ 15,00
Trabalhador urbano 1981.....	Cz\$ 15,00
Trabalhador rural 1981.....	Cz\$ 15,00
Fiat 1981.....	Cz\$ 15,00
Povos Indígenas no Brasil 81.....	Cz\$ 25,00
Povos Indígenas no Brasil 82.....	Cz\$ 25,00
Povos Indígenas no Brasil 83.....	Cz\$ 45,00
Povos Indígenas no Brasil 84.....	Cz\$ 85,00

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI
(Av. Higienópolis, 983. CEP 01238 — São Paulo — SP).

Teologia

Teologia é um jeito de falar, coisa humana, muito modesta...

Isto pode parecer pouco. Uma simples fala fará alguma diferença? Parece que o mundo se faz é com músculos, ferramentas, trabalho, armas... No princípio está o Ato...

Mas o evangelho de João diz o oposto, que o mundo começa com a palavra: "No princípio era o Verbo...". Antes de todos os atos que se fazem está uma palavra que se diz.

É assim que o corpo começa: com as palavras que ele abriga — as histórias de fadas, as canções de ninar, as conversas, os segredos, as repreensões, as proibições, as confissões de amor, as conspirações, as preces... Serão estas palavras que se apossarão do corpo e farão dele algo belo e amigo, portador de vida, ou algo feio e ameaçador, arma de morte. Na verdade, somos sempre uma mistura das duas coisas, amor e ódio, vida e morte, homem novo e homem velho, *simul justus et peccator*...

Mas as palavras são coisas compartilhadas. Alguém fala a alguém. Dizer é reconhecer um outro, que eu não me basto, que necessito repartir os meus segredos. Assim, nascem as comunidades. A partir dos amigos, dos namorados, até dos povos... Contamos as mesmas histórias, cantamos as mesmas canções, dizemos os mesmos "sins" e os mesmos "nãos" e damos as mãos, andando no mesmo caminho, lutando as mesmas lutas...

Mas as palavras têm o poder de enfeitiçar. Os mais fortes envolvem os mais fracos com o encanto e o temor da sua palavra. "Ordinário, marche", e todos marcham, para a parada, para a morte... De certa forma, toda a educação é um sutil "ordinário, marche", um esforço para que as crianças marchem no ritmo dos adultos, na sua direção, mesmas tarefas, mesmas idéias na cabeça, mesmas ferramentas na mão. Tudo bem, porque se cremos que a casa que construímos é coisa boa, é justo e inevitável que queiramos transformar nossos filhos em aliados e cooperadores... Acontece, entretanto, que é freqüente que construamos prisões dentro das quais nos encerramos. Ou que nosso trabalho seja preparar armadilhas para os incautos ou produzir ilusões para aqueles que se esqueceram dos seus desejos. As crianças deixam de ser crianças de carne e osso, tornam-se pinóquios, bonecos de pau, que falam as gravações eletrônicas que nós mesmos colocamos no oco das suas barrigas. Não é esta voz pinoqual que freqüentemente ouvimos, até nas preces, no sermão, na confissão, na conversa? E ficamos a nos perguntar: se fosse a sua voz verdadeira, que é que ela diria? E, por causa disto, vamos atrás de desejos que não são os nossos, rimos os risos que não nos pertencem, e travamos as batalhas que não escolhemos... Enfeitiçados: homens transformados em sapos... Possuídos por demônios.

E que aconteceu com a liberdade?

Onde se meteu o amor?

E a vida?

Tudo perdido, nas armadilhas de palavras que outros construíram ao nosso redor.



Nós acreditamos que os símbolos da tradição bíblica têm um poder mágico para ressuscitar os mortos, chamar a liberdade dos desertos onde ela se perdeu, reacender o amor, invocar a vida... Fazer teologia é estar envolvido neste estranho ritual de palavras em que o que está em jogo é a vida e a morte. Elas permitem que vejamos tanto a vida quanto a morte com maior clareza. E as pessoas ficam mais belas e fortes, em paz consigo mesmas, capazes de lutar pelas coisas justas, de ter compaixão pelos pobres, de dizer não às botas e às espadas, de vislumbrar um mundo novo em que se abrirão as portas aos presos, os poderosos perderão o seu poder, os mansos herdarão a terra e todos se parecerão com crianças nos seus risos e no seu sono...

Estamos procurando esta linguagem com este poder mágico. Sabemos que não é suficiente que a verdade seja dita. É preciso que a linguagem tenha o poder de evocar as coisas boas que existem adormecidas dentro das pessoas. Porque não é pelo conhecimento que os corpos são ressuscitados mas pelo amor... É aí que se inicia o gesto, e não no saber. Teologia: saber transfigurado pelo amor, saber saboroso, saber que tem gosto bom, sabedoria, palavras que se aninham no corpo e lhe dão nova vida...

Olhar para o presente,

Ouvir os gemidos dos que sofrem.

Ouvir, do passado, os gemidos da Grande Vítima.

Misturá-los.

Transformá-los num poema.

Comê-lo, como se fosse um sacramento...

Sobre a paz

Carlos Cunha

A singularidade da Bíblia Sagrada está no fato de que não pretende ser um **livro de religião**, mas um **livro religioso**. Significa dizer que não possui propriamente doutrinas que façam dela um livro de religião judaica, católica, protestante etc. Forçá-la a ser uma coisa assim é traí-la. A Bíblia é sim um livro religioso porque desenvolve a história de homens e de povos na tentativa de se reencontrarem (religião = religação) com o Deus de seu clã. Isto porque o conceito de Deus passa pela idéia do conceito de povo, ou seja, aquele que está disposto a realizar e responder às aspirações de seu povo. Em decorrência disso, a Bíblia é também a história das incríveis tentativas desse mesmo Deus para viver, ter espaço no meio dos homens.

Misturam-se, nas Escrituras Sagradas, as propostas do homem e as respostas de Deus, assim como as propostas de Deus e as respostas do homem. Por isso mesmo o conceito de vocação — o apelo, a chamada — é bifronte porque há um Deus chamando e apelando a homens e mulheres e, por outro lado, há homens e mulheres gritando seus gemidos a seu Deus. Agrade-me ler dessa forma a Bíblia: propostas/respostas de Deus e do homem.

No Antigo Testamento, parecem ser mais intensas as mil maneiras e artifícios de que Deus se serve para provocar e responder ao homem, e este, a Deus. Em todos os textos, mais nuns que noutros, às vezes se percebem as insistências de Deus em suscitar no homem as decisões importantes que realizem uma prática de salvação/libertação. E do lado do homem chega a haver respostas incríveis que se aproximam de uma resposta ideal. Em ações, são exemplos notáveis Abraão, Moisés, Josué, Débora; em expressões de idéias, os quatro Cânticos do Servo Sofredor (Isaias 42; 49; 50; 52), páginas de uma extraordinária intensidade dramática. E a Teologia Bíblica faz desses exemplos o que chama de "tipos" que apontam para um tipo ideal de resposta plena a qual se acha no fundo das aspirações humanas.

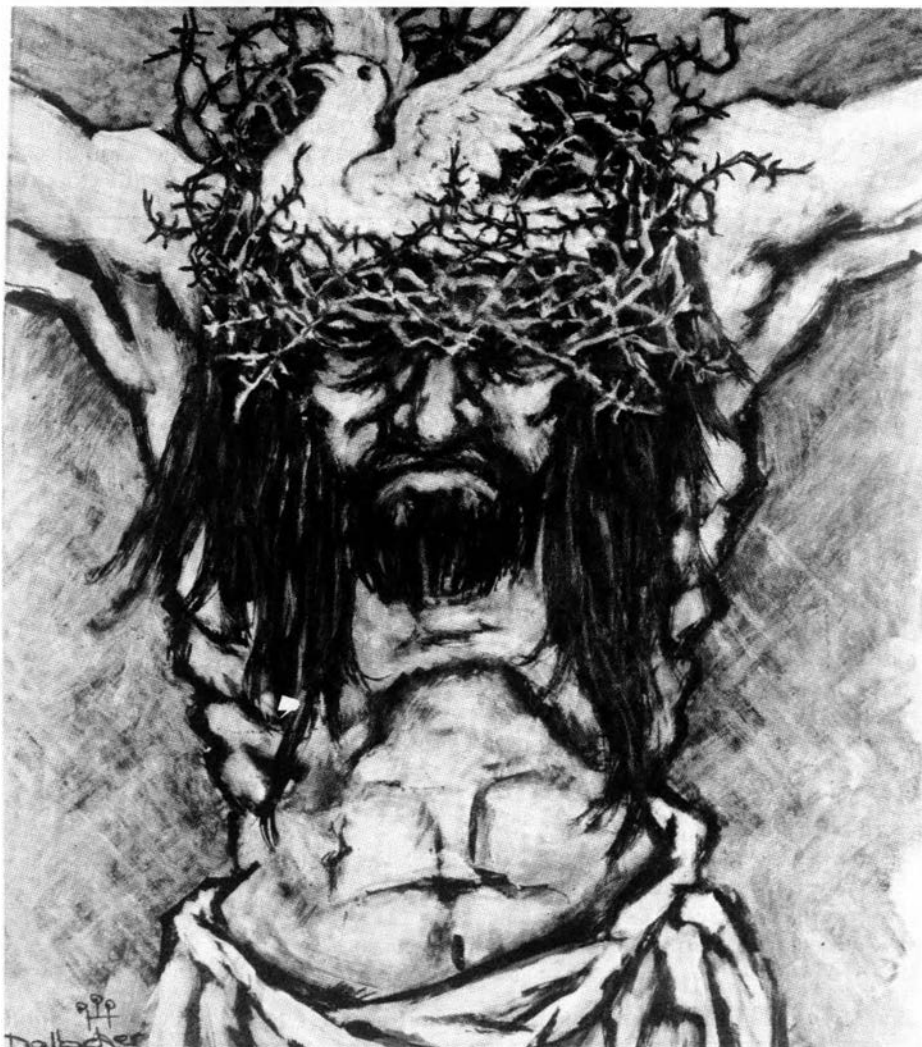
No Novo Testamento, a grande resposta, o tipo perfeito é apresentado em Jesus Cristo. Daí a "Voz" que o define por ocasião de seu batismo: "Tu és o meu filho bem-amado; eu, hoje, te gerei" (Lc 3,22). Em Mateus e Marcos ape-

nas: "amado em que me comprazo". Por isso uma leitura linear da Bíblia leva a perceber uma espécie de "leit-motiv" wagneriano que é a proposta do Homem-Deus. No Novo Testamento, ele aparece como resposta. No último livro da Bíblia, Apocalipse se faz uma certa "colagem" do Antigo Testamento com o Novo, como uma síntese de propostas-respostas que se fecham numa expressão aramaica "maranatha" que tanto pode ser: "Vem, Senhor" como: "O Senhor vem".

No enfrentamento do homem com o seu Deus, na maneira desse enfrentamento, é que se encerra o conceito "paz". Tomemos, para ilustrar, dois momentos importantes da Bíblia: um, textual, o êxodo; outro, contextual, o apocalipse de João.

No êxodo, a iniciativa da vocação é

claramente do homem. É seu grito de desespero. Trata-se do homem violentado, espezinhado na sua expressão mais autêntica de vida, o trabalho. No caso dos hebreus ("hapirus", que quer dizer "marginais", "biscateiros") os resultados de seu trabalho vão para as mãos dos que os torturam e escravizam. Ou seja, o trabalho deixa de responder à proposta de Deus: "Com o suor do teu rosto comerás teu pão" (Gn 3,19). Trata-se de um trabalho sem retorno, porque escravo. No texto bíblico Ex 3,7-8a, Deus diz a Moisés: "Eu vi, eu vi a miséria do meu povo que está no Egito. Ouvi seu clamor por causa de seus opressores, pois eu conheço as suas angústias. Por isso descii..." A vocação no êxodo é uma iniciativa do homem, uma provocação a seu Deus. O homem **chama** seu Deus, em sua revolta e amargura, e é respondendo a esse



chamado que Deus se dispõe a **chamar** Moisés. Não havia paz, pois as intenções do homem e de Deus estavam rompidas.

No **apocalipse**, o momento é contextual. O Livro da Revelação é um tratado de rebeldia provocada por Deus. Deus é quem toma a iniciativa. A história das rupturas, dos massacres romanos, dos martírios não está no texto. Por isso o texto — uma vez que é escrito no meio da guerra suja da perseguição — é todo ele escrito em linguagem cifrada, linguagem que continua enigmática, em alguns pontos, até hoje. Outro detalhe é que o homem do apocalipse que está sendo massacrado é exatamente aquele que responde à proposta ideal de Deus, Jesus Cristo. É o mesmo homem que traz “as marcas de Cristo”. O que estava sendo rompido era a proposta de vida que se fizera em Cristo o qual tinha prometido: “Eu vim para que tenham vida e vida em abundância” (Jo 10,10). O que está havendo, naquele momento, é morte e morte em abundância, uma situação trágica em que afirmar a vida é ser condenado à morte. Por isso não há paz.

Enquanto no êxodo o Deus de Abraão, Isaque e de Jacó quer levar seu povo à **terra da promessa**, onde o trabalho produzirá “leite e mel”, na revelação (apocalipse) o Deus de Jesus

Cristo quer conduzir — fortalecendo a resistência — o povo à **terra da vida**: “Eis que eu faço novas todas as coisas” (Ap 21,5). Deus toma a iniciativa de mostrar isso ao escritor o qual proclama: “Vi então um céu novo e uma nova terra... uma nova Jerusalém” (Ap 21,1-2). O que ele está antevendo é a concretização de um sonho que Pedro descreve assim: “o que nós esperamos, conforme a sua promessa, são novos céus e nova terra, onde habitará a justiça” (2 Pe 3,13). Nos dois momentos, o homem e Deus retomam a paz.

Paz — o **homem reconciliado com a intenção de Deus e Deus reconciliado com o desejo profundo do homem**. Sempre que deixa de haver paz, algo vai ser feito pelo homem e seu Deus para que ela se restabeleça.

Para concluir: um texto bíblico de Paulo e uma consideração final:

“Mas agora em Cristo Jesus, vós, que outrora estáveis longe, fostes trazidos para perto, pelo sangue de Cristo. Ele é a nossa paz: de ambos os povos fez um só, tendo derrubado o muro de separação e suprimido em sua carne a inimizade — a lei dos mandamentos expressa em preceitos — a fim de criar em si mesmo um só Homem Novo, estabelecendo a paz...” (Ef 2,13-15).

A busca da paz torna-se angustiosamente necessária em contextos de

múltiplas carências, tais como, perseguições, medo, tortura, fome, ódio, injustiça, ganância desmedida. Nessas situações se rompe o propósito de Deus e o propósito do homem como claramente expressa a Bíblia. Paz pode ser para o Primeiro Mundo a ausência de guerra, mas para o Terceiro Mundo é a ausência de uma outra coisa que também é guerra, mas há os que não gostam de chamar assim, ausência de alimento, moradia, vestuário, dignidade. Paz é o equilíbrio entre as intenções de Deus e do homem, Deus reconciliado com o homem e o homem com o seu Deus.

Sempre que os projetos humanos se endereçam para derrubar “muros de separação e inimizade”, e buscam o Homem Novo, imagem e semelhança de Deus, **a paz está em ato**. Eis por que o desejo de paz está vivo em todas as tentativas de o homem ver dignificado seu trabalho, seu valor, e passar a viver, cada vez mais, a vida abundante à qual foi chamado: no êxodo, a terra da promessa; no apocalipse, os novos céus e a nova terra onde habitará a justiça.

Carlos Cunha é pastor, moderador da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil e membro do Programa de Assessoria à Pastoral Protestante do CEDI.

PUBLICAÇÕES DO CEDI

Poesia Profecia Magia (Rubem Alves).....	Cz\$ 30,00
Creio na Ressurreição do Corpo (Rubem Alves).....	Cz\$ 30,00
Poetas do Araguaia.....	Cz\$ 30,00
Batismo Eucaristia Ministério.....	Cz\$ 25,00
Varal de lembranças (Histórias da Rocinha).....	Cz\$ 50,00
Discussão sobre a Igreja (Zwinglio M. Dias).....	Cz\$ 25,00
Salvação Hoje (Mortimer Arias).....	Cz\$ 25,00
Liberdade e Fé (R. Alves e outros).....	Cz\$ 25,00
Profeta da Unidade (Júlio Andrade Ferreira).....	Cz\$ 25,00
Celebração da Vida (John Poulton).....	Cz\$ 25,00
Missão e Evangelização suplemento 28.....	Cz\$ 25,00
Missão e Evangelização:	
Uma afirmação ecumênica (CMI).....	Cz\$ 15,00
Imagens da Vida (espanhol).....	Cz\$ 15,00
Protestantismo e Polícia - suplemento 29.....	Cz\$ 15,00
Ideologia e Fé (André Dumas).....	Cz\$ 15,00
Estudos Bíblicos de um Lavrador.....	Cz\$ 15,00
Chamados a dar testemunho hoje.....	Cz\$ 15,00
Jesus Cristo a Vida do Mundo.....	Cz\$ 40,00
Missa da Terra sem Males.....	Cz\$ 80,00
De Dentro do Furacão (Richard Shaull).....	Cz\$ 45,00
O Vaticano e o Governo Reagan (Ana Maria Ezcurra) (CDHAL).....	Cz\$ 45,00



Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI

Av. Higienópolis, 983 — CEP 01238 — São Paulo-SP

COLONIZADOR COLONIZADO

No holocausto dos empobrecidos

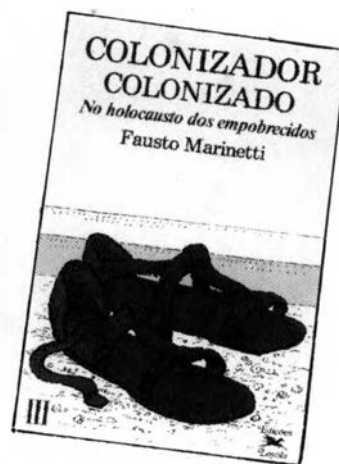
Frei Fausto é vigário de Pindaré, no Sul do Maranhão, que é um estado onde os índices de violência têm aumentado significativamente nos últimos tempos. O saldo dos primeiros dez meses do ano passado foi de 23 mortes, 9 feridos, 70 prisões arbitrárias e brutais pela polícia militar, 75 ameaças de morte contra padres, lideranças sindicais e comunitárias e 70 conflitos de terra envolvendo cerca de 40 mil famílias de lavradores (conforme carta dos bispos maranhenses dirigida à população). Tudo isso com a conivência das autoridades estaduais e federais. Em meio a essa situação de violência institucionalizada, foram escritos os textos que compõem esse livro, publicado na coleção "Experiências Pastorais" das Edições Loyola.

São 65 cartas que relatam a experiência do autor junto a um povo acossado pelos grandes projetos, pelos grileiros e pelas calamidades. Mostram a miséria diária dos flagelados da terra, onde a fome, a doença e o medo são elementos tragicamente familiares. Nelas estão presentes os posseiros, os mendigos, as prostitutas, os índios, com seus doentes e mortos. Ou seja, "as vítimas

do mundo" que "entram e saem de cena sem barulho", não porque falte o grito, mas porque este é distante, e, habitualmente, silenciado. Essas cartas, ao contrário, amplificam o clamor que vem da "balsa dos deserdados" trazendo-os até às nossas mesas. E, após a sua leitura, não se consegue ficar imune à indignação.

Marinetti busca as causas últimas da situação miserável do povo. Chega até às relações de exploração que tornam o Terceiro Mundo submisso aos países ricos. Pergunta-se sobre "esse mundo ocidental capitalista que usurpa o direito de vida e morte sobre os povos do Terceiro Mundo" e a quem é oferecido diariamente o holocausto dos empobrecidos. Reconhece que a única solução é uma mudança radical que crie uma nova qualidade humana. E afirma que, apesar de não defender uma revolução violenta, às vezes, parece não haver outra alternativa. "De tanta e tamanha exploração sofrida pelo povo, de tantas cruzes que carrega, só uma tempestade parece capaz de limpar o céu e revelar novos horizontes para os filhos do povo".

Por fim, é necessária uma referência à



teologia presente nas cartas. Não há nada sistematizado ao modo dos nossos melhores manuais. E aí está a sua riqueza, pois é uma reflexão teológica que surge de situações bem concretas, e mais, de situações-límites da vida de um povo. É aquilo que Clodovis Boff tão bem chamou de um "pensar-em-situação", de uma "teologia pé-no-chão". (FI)

Como fazer Teologia da Libertação

Entendida, muitas vezes, como uma elaboração teórica, de intelectuais, a Teologia da Libertação sistematiza, contudo, uma prática libertadora, uma caminhada da construção de uma nova sociedade, no dia-a-dia de todos os povos que lutam contra sua opressão e esmagamento. E que se alimentam na fé em Jesus Cristo para adquirirem sempre mais força nessa luta. Neste sentido, o novo livro dos irmãos Leonardo e Clodovis Boff — "Como fazer Teologia da Libertação" — (Vozes, 86, na coleção "Fazer", em colaboração com o IBASE) representa uma importante contribuição.

Os dois teólogos irmãos-participam, há muitos anos, da construção deste novo povo. Sua produção teológica nasce dessa prática e conjuga os aspectos científicos da Teologia, com os aspectos da sabedoria gerada numa caminhada globalmente difícil. E dificultada por todos aqueles que se prendem a uma visão estática da Igreja, do homem, do mundo. Uma expressão, utilizada na dedicatória do livro, indica o ponto de partida da Teologia da Libertação: "a partir" dos empobrecidos, isto é, daqueles

que vivem oprimidos e esmagados não por geração espontânea, mas por causa de situações objetivas de injustiça social, econômica, política, cultural e também religiosa. Clodovis e Leonardo dedicaram o livro a três pessoas igualmente comprometidas nesse esforço libertador: d. José Maria Pires, o dom Zumbi da Paraíba, a vereadora Benedita da Silva, do Rio que, como dizem os autores, "assumiu a diaconia política" e o chileno Sérgio Torres, uma espécie de peregrino da Teologia da Libertação, unindo as experiências de reflexão teológica do Terceiro Mundo.

"Como ser cristãos num mundo de miseráveis", é a questão de fundo lançada pelos autores. Vejam bem: a questão básica não é a distinção entre espiritual e material, entre o temporal e o transcendental, entre alma e corpo, numa discussão que foge dos problemas concretos e palpáveis do homem de hoje, sobretudo a pessoa que vive em nosso Terceiro Mundo. A chave é essa mesma: como ser cristãos numa sociedade em que coexistem a extrema riqueza, o desperdício de dinheiro com o supérfluo e o es-



magamento de tanta gente, dos menores aos idosos, dos operários aos camponeses, dos índios aos negros, dentro de um silencioso genocídio? (DA).

ESTATUTOS DO HOMEM

Artigo 1. Fica decretado que agora vale a verdade,
que agora vale a vida
e que de mãos dadas
trabalharemos todos pela vida verdadeira.

Artigo 2. Fica decretado que todos os dias da semana,
inclusive as terças-feiras mais cinzentas,
têm o direito a converter-se em
manhãs de Domingo.

Artigo 3. Fica decretado que, a partir deste instante,
haverá girassóis em todas as janelas,
que os girassóis terão direito
a abrir-se dentro da sombra;
e que as janelas devem
permanecer, o dia inteiro,
abertas para o verde onde cresce a
esperança.

Artigo 4. Fica decretado que o homem
não precisará nunca mais
duvidar do homem
Que o homem confiará no homem
como a palmeira confia no vento,
como o vento
confia no ar, como o ar confia no
campo azul do céu.

Parágrafo único:

O homem confiará no homem como um
menino confia em outro menino.

Artigo 5. Fica decretado que os homens
estão livres do jugo da mentira.
Nunca mais será preciso usar
a couraça do silêncio
nem a armadura de palavras.
O homem se sentará à mesa
com seu olhar limpo
porque a verdade passará a ser
servida antes da sobremesa.

Artigo 6. Fica estabelecida, durante dez séculos,
a prática sonhada pelo profeta Isaías,
e o lobo e o cordeiro pastarão juntos
e a comida de ambos terá o
mesmo gosto de aurora.

Artigo 7. Por decreto irrevogável fica estabelecido
o reinado permanente da justiça e
da claridade.

Artigo 8. e a alegria será uma bandeira
generosa para sempre
desfraldada na alma do povo.
Fica decretado que a maior dor
sempre foi e será sempre não poder
dar-se amor a quem se ama
e saber que é a água
que dá à planta o milagre da flor.

Artigo 9. Fica permitido que o pão de cada
dia tenha no homem
o sinal de seu suor.
Mas que sobretudo tenha sempre
o quente sabor da ternura.

Artigo 10. Fica permitido a qualquer pessoa,
a qualquer hora da vida,
o uso do traje branco.

Artigo 11. Fica decretado, por definição,
que o homem é um animal
que ama e que por isso é belo,
muito mais belo que a estrela da
manhã.

Artigo 12. Decreta-se que nada será obrigado
nem proibido.
Tudo será permitido,
inclusive brincar com os rinocerontes
e caminhar pelas tardes
com uma imensa begônia na lapela.

Parágrafo único:

Só uma coisa proibida:
amar sem amor.

Artigo 13. Fica decretado que o dinheiro não
poderá nunca mais comprar
o sol das manhãs vindouras.
Expulso do grande baú do medo,
o dinheiro se transformará em
uma espada fraternal
para defender o direito de cantar
e a festa do dia que chegou.

Artigo final: Fica proibido o uso da palavra liberdade
a qual será suprimida dos dicionários
e do pântano enganoso das bocas.
A partir deste instante
a liberdade será algo vivo e transparente
como um fogo ou um rio,
ou como a semente do trigo,
e a sua morada será sempre no
coração do homem.

Thiago de Mello